

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Esporte
2016



MINISTÉRIO DO
ESPORTE

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Paulo Rabello de Castro

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Barbara Cobo Soares

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros

Esporte

2016

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4416-8 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcelo Thadeu Rodrigues e Fabio Muniz de Moura -
Gerência de Editoração - CDDI

Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: esporte: 2016 / IBGE,
Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro :
IBGE, 2017.
75p.

Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais ; Pesquisa de
Informações Básicas Municipais.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-240-4416-8

1. Brasil – Estados – Estatística. 2. Brasil – Estados – Indicadores. 3. Brasil
- Municípios - Estatística. 4. Brasil - Municípios - Indicadores. 5. Esportes –
Estatística - Pesquisa. 6. Esportes e Estado I. IBGE. Coordenação de População e
Indicadores Sociais. II. Pesquisa de informações básicas estaduais. III. Pesquisa
de informações básicas municipais.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2017-10

CDU 31(81-0-2)
EST

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Objetivos

Unidades de investigação e informantes

Período de referência

Abrangência geográfica

Instrumentos de coleta

Coleta dos dados e apuração

Disseminação dos resultados

A gestão da política de esporte

Legislação, instrumentos de gestão e de participação

Convênios e parcerias

Ações, projetos e programas

Eventos esportivos

Instalações esportivas

Referências

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O volume ora apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com o Ministério do Esporte, vem tornar públicos os resultados da primeira edição do Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2016 e os mais recentes resultados do Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2016, cuja primeira edição contemplou dados de 2003.

Foram investigados aspectos sobre a gestão e o desenvolvimento da política de esporte a partir da coleta de dados de temas como: a gestão da política de esporte (órgão gestor da política de esporte e recursos humanos); legislação, instrumentos de gestão e de participação; convênios e parcerias; ações, projetos e programas; eventos esportivos; e instalações esportivas.

A parceria do Ministério do Esporte vem atestar o desempenho da ESTADIC e da MUNIC como ferramentas apropriadas para o conhecimento, o monitoramento e a avaliação das políticas locais e regionais e reforçar o objetivo de construção de uma base de informações municipais e estaduais de qualidade.

A partir de 2015, optou-se pela divulgação em conjunto da ESTADIC e da MUNIC, uma vez que parte dos temas investigados é comum a ambas pesquisas, possibilitando, dessa forma, análises sob uma perspectiva federativa.

A presente publicação traz **Notas técnicas** com aspectos metodológicos relacionados à pesquisa, seis capítulos analíticos sobre o quadro geral do esporte nas Unidades da Federação e nos municípios sob a responsabilidade direta dos governos estaduais e prefeituras e/ou que

contou com sua participação, bem como **Glossário** com os termos e conceitos julgados necessários para a compreensão dos resultados.

Roberto Luis Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC investigaram, em parceria com o Ministério do Esporte, questões relacionadas à gestão pública do esporte nas 27 Unidades da Federação e nos 5 570 municípios do País.

Foi realizado um levantamento abrangente de informações relativas ao planejamento, definição, estrutura e implementação de política pública de esporte, com o objetivo de contribuir para o processo de construção de um sistema de informações sobre o tema.

O Suplemento de Esporte obteve informações sobre a gestão da política de esporte a partir da coleta de dados sobre tais como: caracterização do órgão gestor da política de esporte, perfil do gestor e recursos humanos; legislação, instrumentos de gestão e de participação; convênios e parcerias; ações, projetos e programas; eventos esportivos; e instalações esportivas.

Esta publicação apresenta seus aspectos metodológicos nas **Notas técnicas** e seis capítulos, ilustrados com quadros, gráficos e cartogramas, que abordam os diferentes aspectos das gestões estaduais e municipais investigadas. Com o objetivo de ampliar as possibilidades de exploração dos resultados da pesquisa, o plano tabular completo de ambas as pesquisas se encontra disponível no portal do IBGE na Internet.

Por fim, destaca-se que a ESTADIC e a MUNIC são resultados da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas pelas mais de 500 Agências da Instituição e responsáveis pela coleta e apuração das informações em todos os municípios do Brasil.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC, em sua quarta edição, tem 2016 como ano de referência e obteve informações relativas a todas as Unidades da Federação do País.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, em 1999, e da mesma forma nos seguintes anos: 2001, 2002, 2004, 2005, 2006, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Esta 14ª edição da MUNIC, que tem 2016 como ano de referência, obteve informações relativas a todos os 5 568 municípios, o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Distrito Federal, totalizando 5 570 unidades de investigação.

Objetivos

A ESTADIC e a MUNIC se definem como pesquisas institucionais e de registros administrativos das gestões públicas estaduais e municipais, respectivamente, e se inserem entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados a essa escala. São, basicamente, levantamentos pormenorizados de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas estaduais e municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem esses governos.

O objeto de interesse da ESTADIC e da MUNIC é a gestão pública, no que se refere à organização dos governos estaduais e das prefeituras, bem como ao quadro funcional, estrutura e políticas públicas setoriais no âmbito das áreas pesquisadas.

Cabe acrescentar que as questões abordadas nos Suplementos de Esporte de ambas as pesquisas visam responder às necessidades de informação da sociedade e do Estado brasileiro. Para tanto, a ESTADIC e a MUNIC têm por objetivo a consolidação de uma base de dados estatísticos e cadastrais atualizados que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento dos quadros institucional e administrativo das Unidades da Federação e dos municípios brasileiros para o tema.

Um importante aspecto a ser destacado refere-se à determinação do informante, tanto no governo do estado como na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas à pesquisa, procedeu-se à sua identificação.

Unidades de investigação e informantes

A unidade de investigação da ESTADIC é a Unidade da Federação e a da MUNIC é o município, sendo o governo estadual e a prefeitura, respectivamente, os informantes principais, por meio dos diversos setores que os compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos constituem unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada Unidade da Federação e município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigadas que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos estaduais e municipais.

O Suplemento de Esporte também teve como unidade de investigação o estado e o município, sendo as informações obtidas junto aos órgãos responsáveis pelas ações da política de esporte. Na ausência de qualquer instância administrativa nos governos estaduais e na prefeitura que tratasse da questão, o questionário deveria ser respondido pelo governador ou prefeito ou pessoa por eles indicada, desde que fizessem parte da estrutura administrativa do estado ou do município, respectivamente.

Período de referência

A coleta das informações do Suplemento de Esporte foi realizada entre junho e outubro de 2016, sendo efetuada por meio de entrevista presencial. Os dados coletados referiram-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos a data pode diferir sendo que, neste caso, há referência explícita no questionário, quanto à data ou período da informação.

Abrangência geográfica

As 27 Unidades da Federação e os 5 570 municípios brasileiros existentes no Território Nacional até 31 de dezembro de 2016 foram investigados pela ESTADIC e a MUNIC, respectivamente.

Conforme frisado anteriormente, dois distritos brasileiros são tratados na MUNIC como municípios: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam ao questionário do Suplemento de Esporte.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2016, a ESTADIC e a MUNIC foram a campo com o Suplemento de Esporte. Para auxiliar a coleta das informações do questionário, foi elaborado o Manual de Coleta, contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para a realização dos trabalhos do técnico de pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em maio de 2016, foi realizado um treinamento centralizado no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais de todas as Unidades Estaduais do IBGE, além de técnicos da Diretoria de Pesquisas, totalizando aproximadamente 50 pessoas. Posteriormente, esse treinamento foi repassado para técnicos em mais de 500 Agências no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, em que o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município e o governo do estado a seu encargo, com objetivo de obter a indicação dos responsáveis, tanto na administração municipal como na estadual, que pudessem coordenar a coleta das informações nos vários setores. Essa pessoa foi entrevistada, diretamente, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo às pesquisas.

A entrada de dados foi realizada de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada Unidade Estadual do IBGE. A crítica de consistência dos dados coletados, também foi efetuada em cada Unidade, com apoio do trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela ESTADIC e MUNIC.

Assinale-se que apenas um município não preencheu o Suplemento de Esporte da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, Raposa, no Estado do Maranhão.

Disseminação dos resultados

É necessário ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelos governos estaduais e pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Esse contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento dessa natureza, de informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise dessas informações, exige o respeito à sua integridade.

Os dados da ESTADIC e da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, nos canais Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais, respectivamente, apresentando as informações de cada Unidade da Federação e município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversas dimensões do esporte abordadas pelas pesquisas, em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam em suas diversas fases. Também são apresentados os resultados por meio de um conjunto de cartogramas selecionados. No portal do IBGE na Internet são também disponibilizadas as bases de dados completas das pesquisas, com informações de cada Unidade da Federação e município, e as tabelas de resultados da M_{UNIC}, que são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2016, publicadas no *Diário Oficial da União*, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizadas. Em conjunto, essas informações contribuem para a compreensão, a descrição e a análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

A gestão da política de esporte

A Constituição Federal de 1988 inovou em vários aspectos essenciais, especialmente no que concerne à descentralização político-administrativa. Com isso, alterou normas e regras centralizadoras, distribuindo melhor as competências entre o poder central, poderes regionais e locais.

Foi também a partir da Constituição de 1988 que as políticas públicas de esporte e de lazer ganharam maior importância, tornando-se dever do Estado o incentivo ao esporte e ao lazer, sendo este último considerado como forma de promoção social.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; [...]

§ 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Ressalta, ainda, em seu Art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

O Art. 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13.07.1990) define que “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL, 1990).

A efetiva implementação desses direitos depende da ação governamental por meio de políticas públicas. No caso específico do esporte e do lazer, foram definidos, em nível nacional, os objetivos e as diretrizes que devem orientar a efetivação desses direitos com a Política Nacional do Esporte (Resolução n. 5, de 14.06.2005) aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte, do Ministério do Esporte, em 2005. A política reafirma o princípio constitucional que estabelece a prática do esporte e do lazer como práticas que devem ser fomentadas pelo Estado e um direito a ser garantido ao cidadão e dentre seus objetivos estão democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira e descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.

A estrutura organizacional que responde pela política de esporte e de lazer é responsável por coordenar, formular e implementar políticas relativas ao desenvolvimento de programas e projetos esportivos, de lazer e de inclusão social. Nesse sentido, a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, do ano de 2016, na investigação sobre informações no que concerne à gestão da política pública de esporte, diante da importância do estabelecimento de estruturas organizacionais como um dos requisitos para a ação pública na área, incorporou questões relativas à existência de estrutura organizacional da política de esporte e o perfil dos gestores públicos estaduais e municipais.

O órgão gestor é representado, de maneira geral, por Secretarias de Esporte, ou congêneres; é o órgão responsável pela área no âmbito de cada Unidade da Federação e município, podendo ter características diversas e se apresentar como parte integrante da administração direta ou indireta.

De acordo com as informações obtidas por meio da ESTADIC, todas as Unidades da Federação possuíam estrutura organizacional para tratar da política de esporte, conforme se pode observar no Cartograma 1. Apenas nos Estados do Piauí, da Bahia e do Mato Grosso do Sul, os órgãos gestores estavam ligados à administração indireta.

Foram encontradas estruturas atuando como secretaria exclusiva em seis Unidades da Federação e, em conjunto com outras políticas, em 16 Unidades da Federação, destacando-se, entre as áreas mais compartilhadas, lazer, turismo e juventude. Nos Estados de Roraima e de Goiás, a política de esporte era um setor subordinado a outra secretaria, a saber, a de política de educação e cultura (Cartograma 1).

No âmbito dos municípios, em comparação com 2003 (primeira ocasião em que a MUNIC investigou a existência de órgão gestor de esporte), observou-se um aumento no percentual de municípios brasileiros que responderam possuir alguma estrutura, passando de 84,6% (4 701) para 97,7% (5 442) no ano de 2016, apontando para um maior nível de organização.

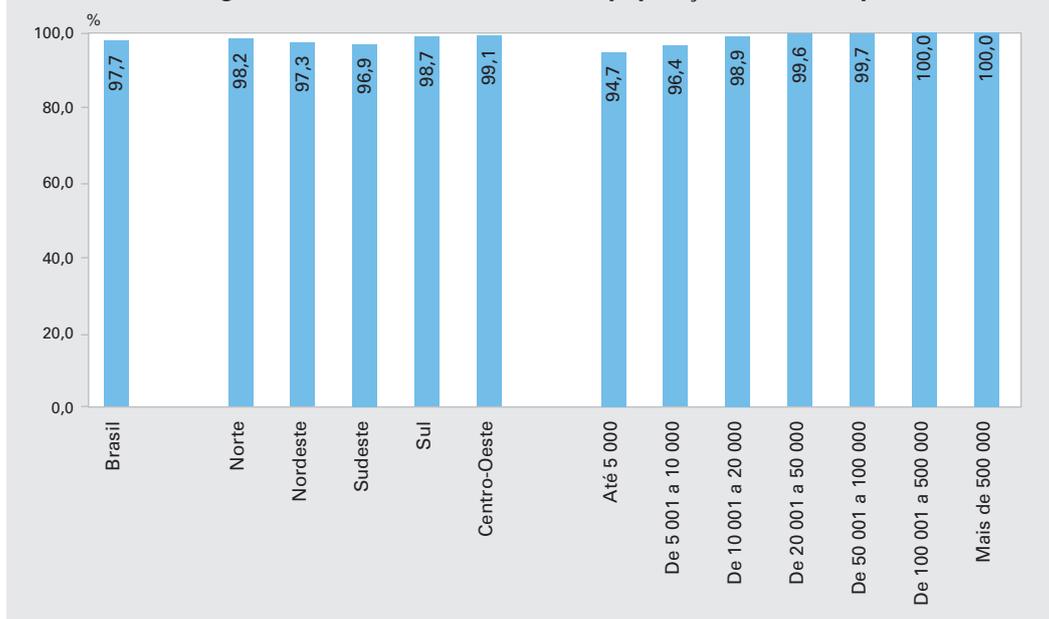
Recortes por Grandes Regiões e classes de tamanho da população mostram que a existência de estrutura organizacional era ligeiramente menor nas Regiões Nordeste e Sudeste e nos municípios menos populosos.

Cartograma 1 - Caracterização do órgão gestor da política de esporte - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Gráfico 1 - Percentual de municípios com estrutura na área do esporte, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dos 5 542 municípios que possuíam estrutura, a maioria estava ligado à administração direta, 11,8% (611) na forma de secretaria municipal exclusiva; 64,8% (3 524) como secretaria em conjunto com outra política; 16,6% (905) como setor subordinado a outra secretaria; e 5,7% (309) como setor subordinado diretamente à chefia do executivo. Dentre as políticas compartilhadas pelo conjunto de municípios com secretaria em conjunto com outra política e setor subordinado a outra secretaria, as mais frequentes eram educação, cultura e lazer.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Apenas 63 municípios possuíam órgãos gestores ligados à administração indireta. Esses municípios estavam distribuídos nos Estados de Rondônia, do Pará, do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Alagoas, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina (estado com o maior número de municípios, 36), do Mato Grosso do Sul e de Goiás (Tabela 2, disponível no portal do IBGE na Internet).

Perfil dos gestores

Nas Unidades da Federação, dos gestores estaduais e distrital da política de esporte, apenas cinco eram do sexo feminino. No que diz respeito à escolaridade, havia seis com mestrado ou doutorado, sete com pós-graduação *lato sensu* (especialização, *Master of Business Administration* - MBA), 10 com ensino superior completo e quatro com ensino superior incompleto.

Com relação aos municípios, dos 5 442 que declararam possuir órgão gestor para a política de esporte, 31 municípios, no momento da coleta da informação, não tinham gestor nomeado. Destes, 26 eram do Estado de Minas Gerais, quatro do Estado da Paraíba e um do Estado do Acre.

A informação sobre o sexo do gestor da política de esporte consta apenas da MUNIC 2016. Dentre os 5 411 municípios que declararam ter órgão gestor de esporte com gestor nomeado, em 69,0% (3 732) dos municípios os gestores eram do sexo masculino e, em 31,0% (1 679), do sexo feminino (Tabelas 3 e 4, disponíveis no portal do IBGE na Internet).

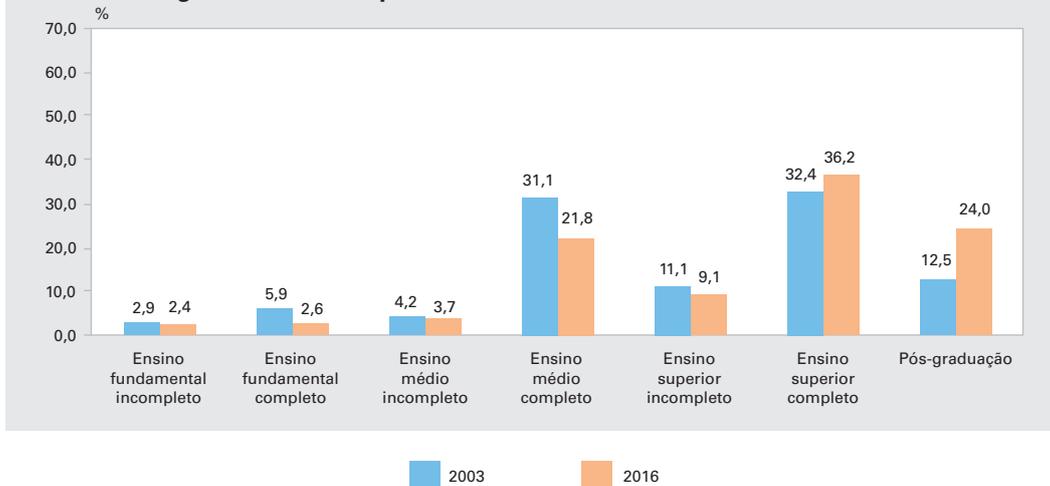
O perfil dos gestores da área, com relação à escolaridade, comparado às informações obtidas dos 4 701 no ano de 2003, revelou um aumento no percentual de gestores com maior escolaridade. Aqueles com ensino superior completo apresentavam os maiores percentuais nos dois anos investigados, conforme o Gráfico 3.

Cartograma 2 - Gestores da política de esporte, por escolaridade e sexo - 2016



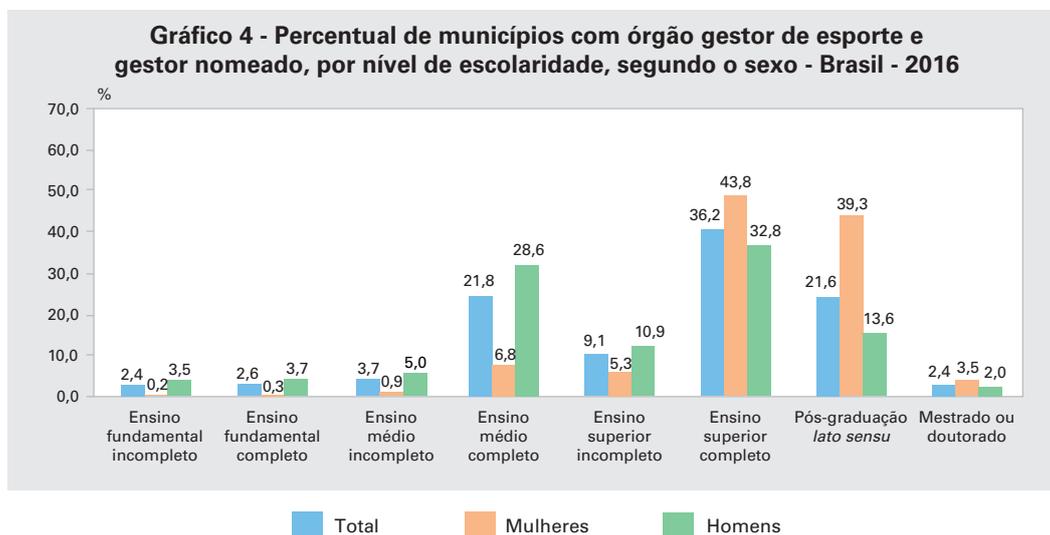
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Gráfico 3 - Percentual de municípios com órgão gestor de esporte e gestor nomeado, por nível de escolaridade - Brasil - 2003/2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2003/2016.

A esse respeito, vale dizer que apesar da predominância masculina em 2016, a alta escolaridade das mulheres contribuiu para que 60,3% (3 261) dos gestores da política de esporte apresentassem ensino superior completo, pós-graduação *lato sensu*, mestrado ou doutorado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Considerando o tamanho populacional dos municípios, verificou-se que quanto maior a classe de tamanho da população menor o percentual de municípios com gestores do sexo feminino. Nos municípios com até 5 000 habitantes, esse percentual era 39,7% (462); nos municípios com 50 001 a 100 000 habitantes, 15,8% (55), e nos municípios com mais de 500 000 habitantes apenas 7,3% (3). No recorte regional, o destaque foi a Região Sul, com gestores do sexo feminino em 42,4% (499) dos seus municípios, no Estado do Rio Grande do Sul em 51,5% (250) (Tabelas 3 e 4, disponíveis no portal do IBGE na Internet).

Características gerais do pessoal ocupado no esporte

O Suplemento de Esporte contém um conjunto de informações sobre a composição dos recursos humanos na área. Foram pesquisados os dados referentes aos quantitativos de pessoas ocupadas por vínculo empregatício.

De acordo com os resultados da ESTADIC, apresentados na Tabela 1, eram 3 711 pessoas ocupadas na área do esporte, 32,7% estatutários, 30,2% somente comissionados, 14,4% estagiários, 14,3% sem vínculo permanente e 8,3% celetistas.

Em relação às Unidades da Federação, os maiores percentuais de estatutários estavam nos Estados do Pará (100,0%) e de São Paulo (83,4%); os Estados do Amapá (93,8%) e do Rio Grande do Sul (86,2%) possuíam os maiores percentuais de somente comissionados; Paraíba (85,5%) e Tocantins (57,5%), os de sem vínculo permanente; e o Estado do Amazonas, o maior percentual de celetistas (53,5%).

Tabela 1 - Pessoal ocupado na área do esporte, por vínculo empregatício, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2016

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na área do esporte, por vínculo empregatício					
	Total	Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente
Brasil	3 711	1 215	309	1 121	535	531
Norte	916	256	232	201	72	155
Rondônia	18	9	-	8	-	1
Acre	88	24	-	25	-	39
Amazonas	434	60	232	70	72	-
Roraima	102	67	-	35	-	-
Pará	42	42	-	-	-	-
Amapá	32	2	-	30	-	-
Tocantins	200	52	-	33	-	115
Nordeste	833	366	37	243	48	139
Maranhão	228	155	-	73	-	-
Piauí	130	44	1	34	5	46
Ceará	52	32	-	8	7	5
Rio Grande do Norte	12	9	-	2	1	-
Paraíba	62	-	-	9	-	53
Pernambuco	66	52	-	13	1	-
Alagoas	75	12	36	27	-	-
Sergipe	22	7	-	2	13	-
Bahia	186	55	-	75	21	35
Sudeste	761	304	15	210	117	115
Minas Gerais	131	31	11	55	34	-
Espírito Santo	153	17	-	19	50	67
Rio de Janeiro	170	-	-	113	13	44
São Paulo	307	256	4	23	20	4
Sul	293	59	-	116	7	111
Paraná	185	32	-	77	1	75
Santa Catarina	79	25	-	14	5	35
Rio Grande do Sul	29	2	-	25	1	1
Centro-Oeste	908	230	25	351	291	11
Mato Grosso do Sul	46	8	-	38	-	-
Mato Grosso	54	37	4	13	-	-
Goiás	272	121	11	79	50	11
Distrito Federal	536	64	10	221	241	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Não existe comparabilidade entre o atual suplemento realizado na MUNIC e aquele realizado em 2003 para a informação de pessoal ocupado. O Suplemento de Esporte de 2003 considerou o pessoal da prefeitura efetivamente envolvido nas atividades de esporte, e não somente aquele lotado no órgão gestor de esporte, como também o pessoal lotado nas escolas que trabalhavam com o esporte educacional; as secretarias de ação ou promoção social que desenvolviam atividades esportivas com idosos e populações carentes dentre outros. O Suplemento de Esporte de 2016 considerou o pessoal da prefeitura efetivamente envolvido nas atividades de esporte, e somente lotado no órgão gestor de esporte.

Os resultados da MUNIC 2016, apontaram 68 737 pessoas ocupadas na área. O quadro de recursos humanos era composto, por servidores estatutários, representando 36,7% do total, por somente comissionados, 22,5% e por aqueles sem vínculo

permanente, com 19,8%. Com os menores percentuais, os ocupados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com 13,2% e os estagiários, com 7,5% (Tabelas 9 e 10, disponíveis no portal do IBGE na Internet).

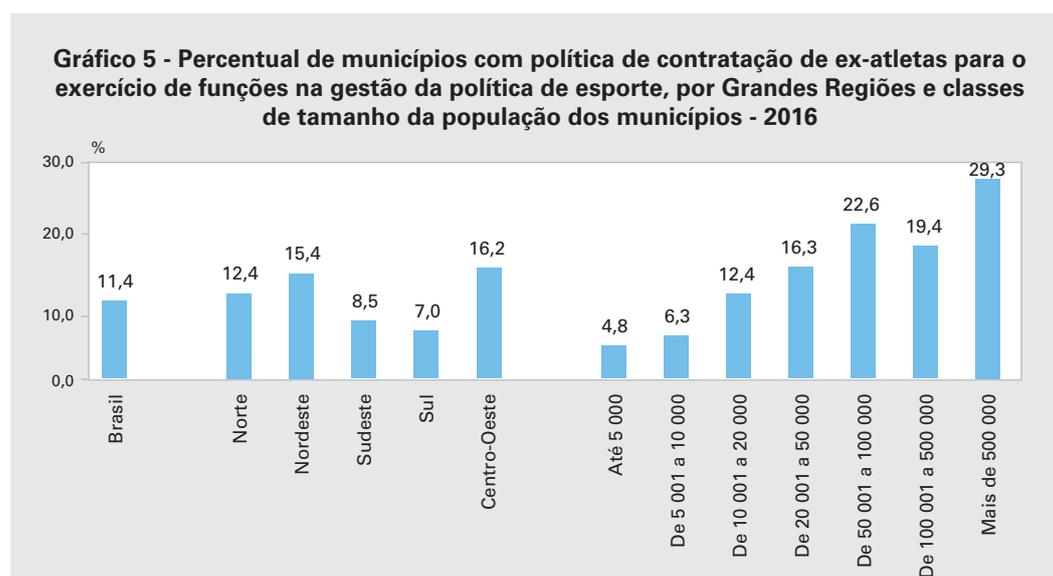
Os municípios com mais de 500 000 habitantes tinham o maior percentual de estatutários, 41,5%, e os menores percentuais de somente comissionados e sem vínculo permanente, respectivamente, 11,4% e 17,1%. Os com até 5 000 habitantes, possuíam os maiores percentuais de somente comissionados (38,4%).

No recorte por Grandes Regiões, a Região Sudeste tinha o maior percentual de servidores estatutários (41,2%) e celetistas (20,1%), e o menor percentual de somente comissionados (15,1%). A Região Nordeste, o maior percentual de somente comissionados (36,9%), seguida pela Região Centro-Oeste (34,0%). As Regiões Norte e Nordeste tinham o maior percentual de sem vínculo permanente, respectivamente, 32,5% e 32,0%.

Os maiores percentuais de estatutários estavam nos municípios dos Estados do Rio de Janeiro (52,6%) e de Mato Grosso (49,7%); nos municípios do Estado de São Paulo, o maior percentual era de celetistas (24,2%); nos municípios dos Estados de Roraima (74,3%) e de Sergipe (50,7%), os maiores percentuais eram de somente comissionados; e nos do Pará (49,4%), do Maranhão (48,8%) e de Pernambuco (45,3%), os de sem vínculo permanente.

Foi investigado ainda se governos estaduais e municipais mantinham política de contratação de ex-atletas para o exercício de funções na gestão da política de esporte. Com relação às Unidades da Federação, apenas os governos dos Estados de Roraima, do Amapá, de Pernambuco, de Sergipe e de Minas Gerais informaram manter tal política.

Dos 5 442 municípios com órgão gestor na área, apenas 618 (11,4%) municípios declararam a existência de política de pessoal para contratação de ex-atletas, percentual menor ao encontrado no ano de 2003 que foi de 14,5% (697). Em 2016, destacaram-se a faixa de municípios com mais de 500 000 habitantes, com 29,3%, e a Região Centro-Oeste, com 16,2% (Gráfico 5).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Legislação, instrumentos de gestão e de participação

No que concerne à gestão da política pública de esporte, a gestão das ações devem ser disciplinadas por instrumentos que regulem e normatizem procedimentos, estratégias e o processo participativo. Dessa maneira, estados e municípios podem estabelecer normas e disposições legais, legislação, mecanismos e instrumentos para uma gestão democrática e de colaboração e cooperação entre a esfera governamental e não governamental, trabalhando com objetivos comuns, permitindo que haja participação e controle da sociedade nas decisões e ações que são realizadas no âmbito da política.

De acordo com as informações obtidas na ESTADIC 2016, 26 Unidades da Federação tinham a Constituição Estadual tratando da política de esporte, apenas no Estado da Paraíba a sua constituição não tratava do tema.

Foi investigado também se outros objetos relativos à política eram regulamentados por instrumento legal¹. Dentre os objetos pesquisados regulamentados por instrumento legal estavam a concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte; o Programa Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte, que consiste em patrocínio individual de atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, garantindo condições mínimas para que se dediquem, com exclusividade ao treinamento e competições; as subvenções concedidas para o esporte; e os projetos esportivos. Os Estados de Pernambuco e de São Paulo eram os únicos que regulamentavam os quatro objetos (Quadro 1).

¹ Foi considerado instrumento legal, a legislação pertinente que abrange leis, decretos, portarias e resoluções.

Cartograma 3 - Unidades da Federação com Constituição Estadual e outros instrumentos legais tratando a política de esporte - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Nota: Foi considerado instrumento legal, a legislação pertinente que abrange leis, decretos, portarias e resoluções.

Quadro 1 - Objetos voltados para a política de esporte regulamentados, por instrumento legal - 2016

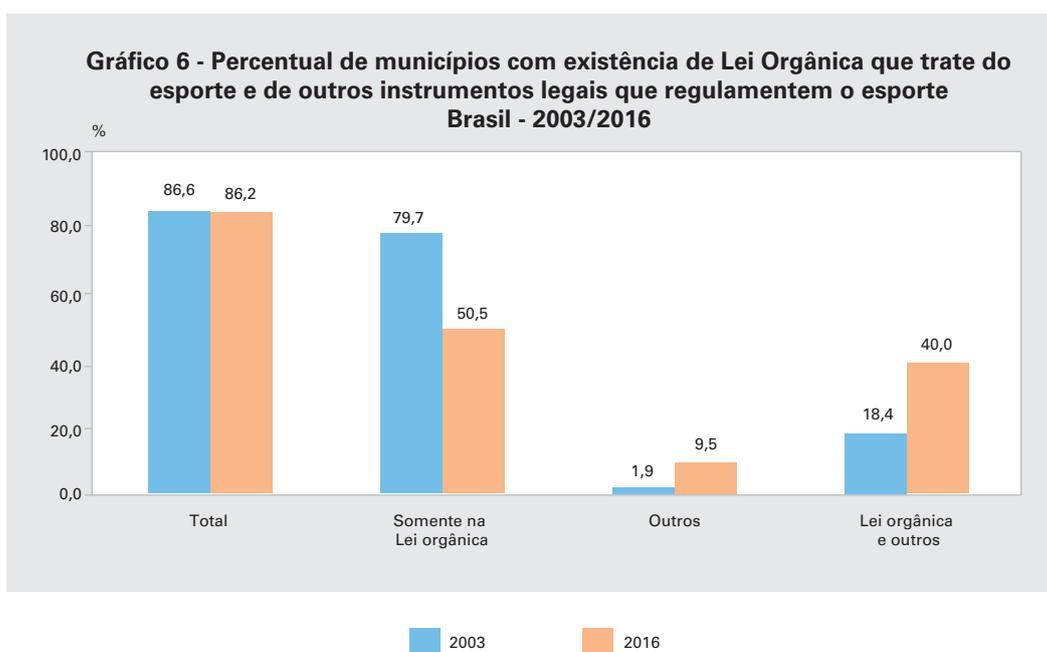
Unidades da Federação	Objetos
Pernambuco e São Paulo	Concessão de incentivos e isenções fiscais, Bolsa atleta, subvenções e projetos esportivos
Acre, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Goiás	Concessão de incentivos e isenções fiscais, Bolsa atleta e projetos esportivos
Rondônia e Rio de Janeiro	Concessão de incentivos e isenções fiscais, subvenções e projetos esportivos
Amapá, Paraíba e Bahia	Concessão de incentivos e isenções fiscais e Bolsa atleta
Maranhão e Sergipe	Concessão de incentivos e projetos esportivos
Paraná e Mato Grosso	Bolsa atleta, subvenções e projetos esportivos
Pará, Espírito Santo e Distrito Federal	Bolsa atleta e projetos esportivos
Alagoas	Bolsa atleta e subvenções
Roraima	Bolsa atleta
Piauí e Rio Grande do Norte	Projetos esportivos
Tocantins	Subvenções e projetos esportivos

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

No âmbito dos municípios, a Lei Orgânica Municipal contempla um conjunto de leis básicas que definem a estrutura e a organização municipal para o desempenho de suas funções. É a lei maior do município, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Capítulo IV – Dos Municípios:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos [...] (BRASIL, 1988).

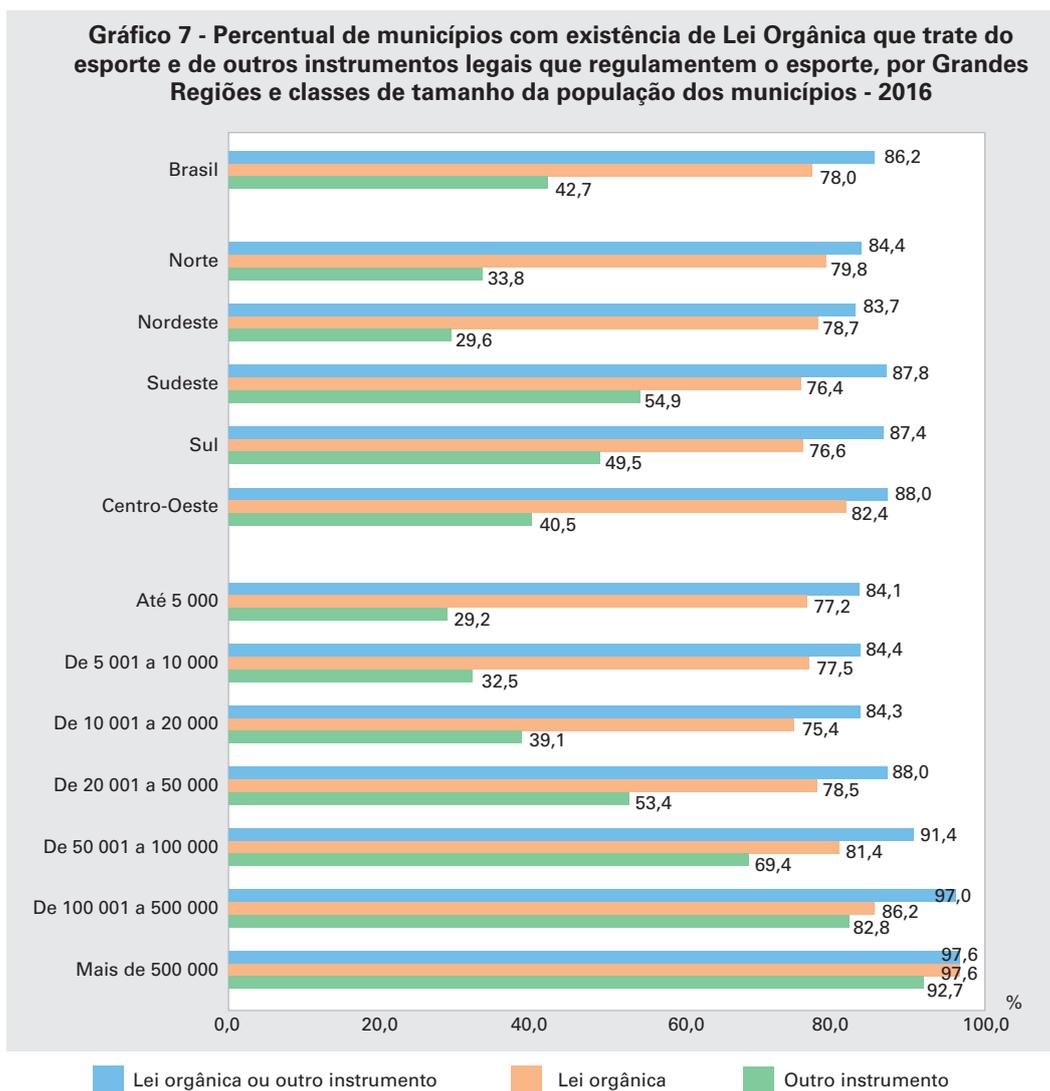
No Suplemento de Esporte da MUNIC 2003, já chamava a atenção a proporção de 86,6% (4 810) municípios que possuíam instrumentos legais regulamentando o esporte, por meio da Lei Orgânica Municipal e de outros aspectos normativos. Em 2016, dos 5 570 municípios brasileiros, 86,2% (4 799) declararam ter mais de um instrumento legal sobre a matéria. O Gráfico 6 demonstra que o comprometimento dos municípios em tratar o esporte em outros instrumentos legais aumentou em comparação a 2003. Isso indica que o esporte passou a ter instrumentos legais específicos para tratar questões da política.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2003/2016.

No ano de 2016, no recorte por classe de tamanho da população, a proporção foi mais elevada no grupo de municípios com população acima de 500 000 habitantes. Por Grandes Regiões, destacou-se a Região Centro-Oeste, com 88,0% (411) de seus municípios, com mais de um instrumento.

Quanto aos objetos da política de esporte regulamentados por instrumento legal, 27,4% (1 527) dos municípios regulamentavam projetos esportivos; 10,3% (576) as subvenções concedidas para o esporte; 5,6% (311) o Bolsa Atleta; e 4,5% (253) a concessão de incentivos e isenções fiscais para o esporte.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Sistema de Esporte

O Sistema de Esporte é um conjunto de regras, direitos e deveres que estabelece mecanismos de gestão pública a fim de proporcionar condições para o exercício da cidadania esportiva e de lazer. A implantação do Sistema de Esporte visa garantir e executar o direito constitucional do cidadão ao lazer e às práticas esportivas formais e não formais, asseguradas por meio de ações e estratégias que norteiam as políticas públicas deste segmento. Tem por finalidade dotar os estados e municípios de instrumentos articulados e eficazes para garantir a promoção das práticas esportivas e de lazer integradas, contínuas e permanentes de forma organizada e estruturada.

Analisando-se a resposta das 13 Unidades da Federação que declararam ter instituído Sistema de Esporte, na maioria desses, o órgão gestor e o conselho eram organismos que integravam o sistema (Quadro 2).

Quadro 2 - Unidades da Federação que instituíram o Sistema de Esporte - 2016

Unidades da Federação	Organismos que integram o sistema (1)
Rondônia	Órgão gestor, conselho, fórum, conferência e fundo
Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás	Órgão gestor, conselho, fundo e pessoas físicas e jurídicas
Pernambuco e Bahia	Órgão gestor, conselho e pessoas físicas e jurídicas
Mato Grosso do Sul	Órgão gestor e pessoas físicas e jurídicas
São Paulo	Órgão gestor e conselho
Sergipe	Órgão gestor
Alagoas	Conselho e fundo
Roraima	Conferência

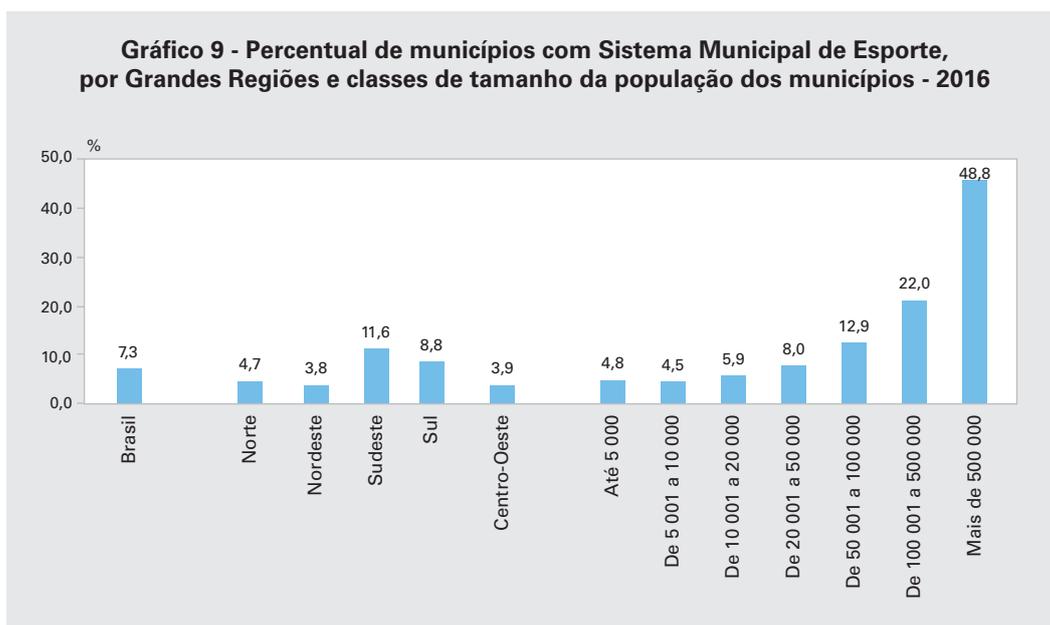
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

(1) Órgão gestor do esporte, Conselho, Fórum, Conferência e Fundo Estadual do Esporte.

De acordo com os resultados do Suplemento de Esporte da MUNC 2016 (Gráfico 9), apenas 7,3% (406) dos municípios haviam instituído um Sistema Municipal de Esporte.

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verificou-se que 22,0% (59) dos municípios de 100 001 a 500 000 habitantes tinham instituído o sistema, chegando a 48,8% (20) dos municípios com mais de 500 000 habitantes. Do ponto de vista regional, as Regiões Sudeste e Sul tinham os maiores percentuais de municípios com sistema, respectivamente, 11,6% (194) e 8,8% (105).

Dos 406 municípios que declararam ter instituído um Sistema Municipal de Esporte, 42 não informaram quais organismos integravam o sistema. Dentre os que informaram, em 56,6% (206) o órgão gestor da política de esporte integrava o sistema; em 60,2% (219), o Conselho Municipal de Esporte; 31,3% (114), o Fundo Municipal de Esporte; e em 24,7% (90), pessoas físicas e jurídicas de direito privado. O Fórum e a Conferência Municipal do Esporte integravam o sistema em 8,0% (29) e 12,4% (45), respectivamente (Tabelas 15 e 16, disponíveis no portal do IBGE na Internet).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Conselho e Fundo de Esporte

Para consolidar a gestão democrática da política pública de esporte é necessário institucionalizar canais de diálogo entre o governo e a sociedade civil. Os Conselhos Estaduais e Municipais são canais de participação do cidadão, configurando-se na forma mais direta de participação nas decisões administrativas dos seus estados e municípios (sendo as outras formas de participação direta: as conferências, os seminários, os fóruns e as audiências públicas).

A autonomia orçamentária e financeira dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de esporte e de lazer, pode ser garantida por meio da criação e manutenção de Fundos para prestar apoio financeiro a projetos e ações na área.

Com relação a esses dois instrumentos, os resultados da ESTADIC, apresentados no Cartograma 4, mostra que, em 2016, havia Conselho e Fundo Estadual de Esporte em seis Unidades da Federação. Sem nenhum dos instrumentos, os Estados do Acre, de Roraima, do Tocantins, do Maranhão, de Sergipe e do Rio de Janeiro.

Cartograma 4 - Unidades da Federação com Conselho e Fundo de Esporte - 2016


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Das 27 Unidades da Federação, 12 tinham Conselho e Fundo de Esporte, seis tinham apenas Conselho, três apenas o Fundo e seis não tinham nenhum dos dois instrumentos.

Dentre as 18 Unidades da Federação que informaram possuir Conselho de Esporte, a composição mais comum era a paritária (oito) e com maior representação da sociedade civil (sete). As funções que mais desempenhavam eram a consultiva (16) – que têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas para área – e deliberativa (12) – que efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos para a área. Por último, observa-se que apesar da existência de Conselho e da delimitação de suas funções, nos Estados do Amazonas, do Pará, do Piauí, de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul eles não se reuniram nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que indica a não atuação na política de esporte. Em Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, reuniram-se uma única vez no período.

Quadro 3 - Unidades da Federação com Conselho de Esporte - 2016

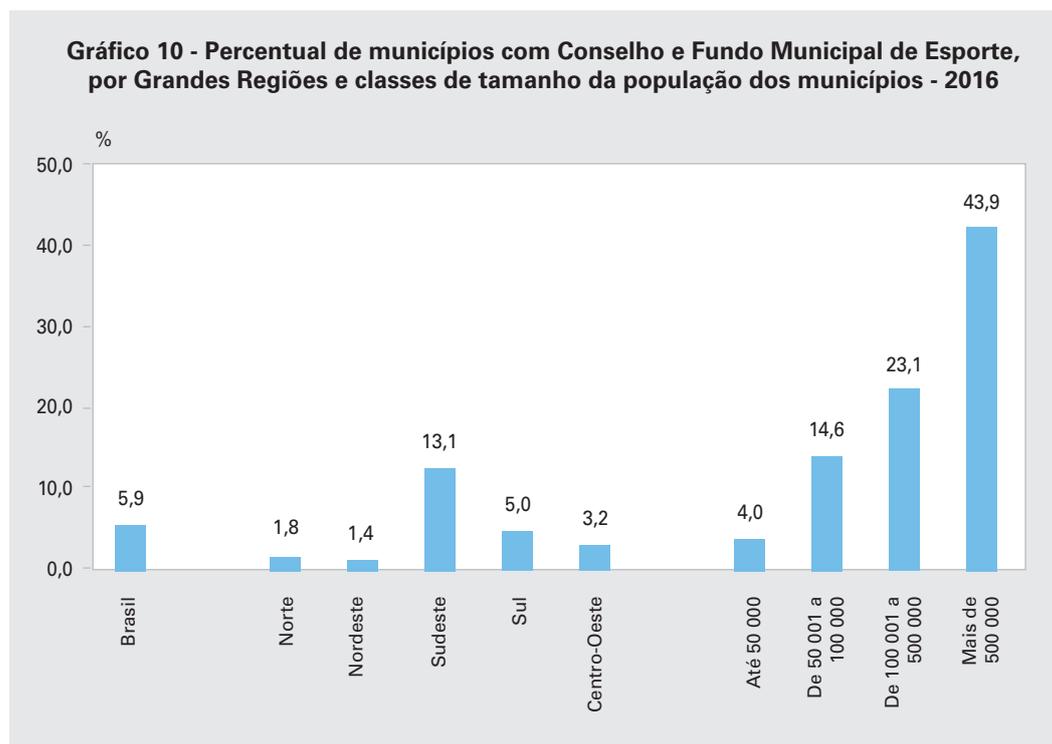
Unidades da Federação	Composição	Quantidade de reuniões (1)	Caráter
Rondônia	Paritário	12	Consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador
Amapá	Paritário	12	Consultivo, deliberativo e fiscalizador
Amazonas e Paraná	Paritário	0	Consultivo, deliberativo e normativo
Pará	Tem maior representação da sociedade civil	0	Deliberativo e normativo
Piauí	Paritário	0	Consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador
Ceará	Tem maior representação da sociedade civil	5	Consultivo, normativo e fiscalizador
Rio Grande do Norte	Tem maior representação governamental	12	Consultivo e deliberativo
Pernambuco e Alagoas	Paritário	1	Consultivo
Bahia	Paritário	5	Consultivo e deliberativo
Minas Gerais	Tem maior representação da sociedade civil	1	Consultivo
São Paulo	Tem maior representação da sociedade civil	0	Consultivo, deliberativo e normativo
Santa Catarina	Tem maior representação governamental	80	Consultivo e deliberativo
Rio Grande do Sul	Tem maior representação da sociedade civil	0	Consultivo
Mato Grosso	Tem maior representação da sociedade civil	36	Consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador
Goiás	Tem maior representação da sociedade civil	4	Deliberativo
Distrito Federal	Tem maior representação governamental	8	Consultivo, normativo e fiscalizador

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

(1) Nos 12 meses anteriores à pesquisa.

A respeito do Fundo de Esporte, das 15 Unidades da Federação que tinham Fundo, a ordenação das despesas era de competência do gabinete do governador no Estado do Pará; em Rondônia, o ordenador de despesas era outro órgão, que não o órgão gestor de esporte, nem o gabinete do governador; e nos demais era feito pelo órgão responsável pela gestão da política de esporte.

Dos 5 570 municípios, em 2016, apenas 5,9% (326) tinham Conselho e Fundo Municipal de Esporte; 15,0% (835) apenas Conselho; 2,2% (122) apenas Fundo; e 77,0% (4 287) não tinha nenhum dos dois instrumentos. Recortes por classes de tamanho da população mostram que a existência dos dois instrumentos era menor nos municípios menos populosos. Existiam Conselho e Fundo em 195 municípios, dos 4 911 com até 50 000 habitantes, o que corresponde a 4,0% desses municípios. Essa proporção aumenta à medida que se avança nas classes de tamanho da população, alcançando 43,9% (20) dos municípios com mais de 500 000 habitantes.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

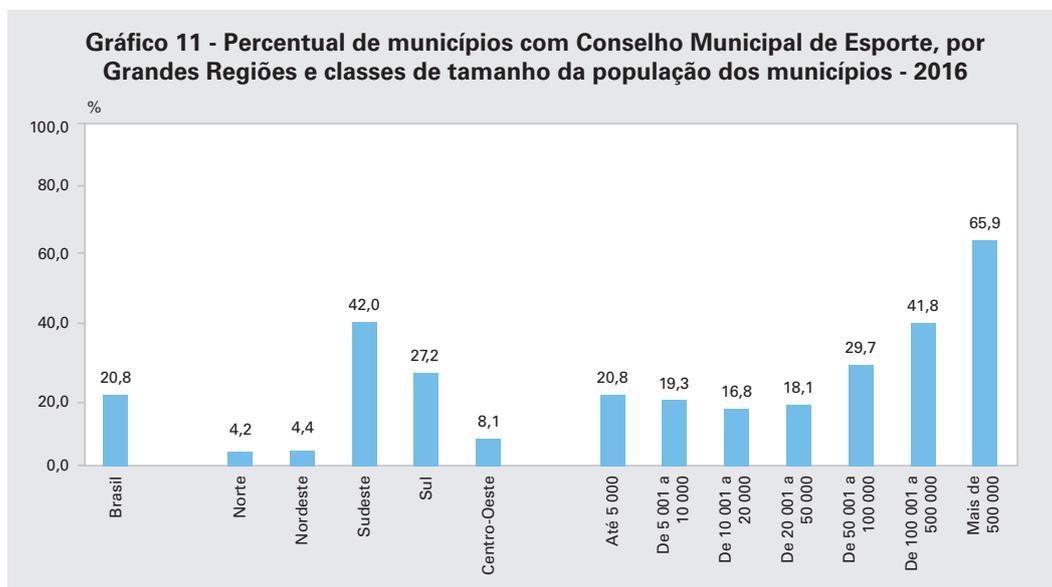
Os resultados da Munic 2016 apontaram para o aumento dos Conselhos Municipais de Esporte como mecanismo de participação no âmbito municipal. Entre 2003 e 2016, o percentual de municípios com Conselho em todo o Brasil subiu de 11,8% (658) para 20,8% (1 161).

Destacou-se a faixa de municípios com mais de 500 000 habitantes, com 65,9% (27), e a Região Sudeste, com 42,0% (701) (Gráfico 11).

Em 54,8% (636) dos municípios com Conselho, a composição era paritária; e em 27,0% (313), os Conselhos tinham maior representação da sociedade civil. As funções que mais desempenhavam eram a consultiva e deliberativa, respectivamente, 73,0% (847) e 54,9% (637) (Tabelas 17 e 18, disponíveis no portal do IBGE na Internet).

Cabe aqui observação em relação aos Conselhos Municipais de Esporte, apesar da existência de Conselho em 1 161 municípios, em 27,0% (316) desses, não se reuniram ou se reuniram apenas uma única vez nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que indica a não atuação do Conselho na política de esporte.

Segundo as informações obtidas pelo Suplemento de Esporte da Munic 2016, 448 (8,0%) municípios tinham Fundo Municipal de Esporte e em 280 (62,5%) desses, o responsável pela gestão do Fundo era o órgão gestor da política de esporte (Tabelas 19 e 20, disponíveis no portal do IBGE na Internet).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Convênios e parcerias

Estabelecer convênios e outras formas de parcerias entre as esferas governamentais, a iniciativa privada e o terceiro setor (associações e entidades sem fins lucrativos) permite viabilizar ações que estimulem e fomentem o esporte e o lazer. Tais parcerias devem promover a elaboração e gestão de programas e projetos de esporte e de lazer, bem como a construção, revitalização e manutenção de espaços e instalações esportivas, na perspectiva do exercício pleno da cidadania e da inclusão social.

Em todo o País, segundo as respostas obtidas pela ESTADIC, apresentadas no Cartograma 5, 10 Unidades da Federação tinham legislação estadual específica para tratar dos convênios e parcerias na área do esporte. A mais antiga, do ano de 2003, era a do Estado da Paraíba, a mais recente, de 2016, do Estado do Mato Grosso do Sul.

Apesar de nem todas possuírem legislação estadual específica para tratar dos convênios e parcerias na área do esporte, todas as 27 Unidades da Federação realizaram convênio ou outro tipo de parceria nos 24 meses anteriores à pesquisa, seja como executor principal (o estado executa a ação, projeto ou programa, o parceiro é só participante) ou como participante (o estado não é o executor principal da ação, projeto ou programa, é só participante).

De acordo com as informações da ESTADIC 2016, 24 Unidades da Federação realizaram convênio, sendo o estado o executor principal. Não realizaram esse tipo de convênio o Estado do Piauí, do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro. Por manifestação esportiva (esporte escolar, esporte de rendimento e esporte de lazer), 14 Unidades da Federação realizaram convênio como executor principal no esporte escolar, de rendimento e de lazer (Quadro 4).

Cartograma 5 - Unidades da Federação com legislação estadual específica para tratar dos convênios e parcerias na área do esporte - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Esporte escolar é o praticado nos sistemas de ensino, inclusive universidades, na perspectiva da promoção da educação, da vivência e da formação esportiva. O esporte de rendimento é o organizado por meio de sistemas de regras e códigos da prática esportiva (nacionais e internacionais) que devem ser aceitos e observados e caracterizado pela busca de resultados em competições.

Esporte de rendimento pode ser praticado de modo profissional, com remuneração pactuada entre o atleta e a entidade de prática esportiva; ou de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

Esporte de lazer é o praticado de modo voluntário, compreendendo as atividades lúdicas que têm por finalidade contribuir para a integração plena dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e na preservação do meio ambiente.

A realização de convênio, sendo o estado apenas participante, ocorreu em 25 Unidades da Federação. Não realizaram esse tipo de convênio os Estados do Amazonas e da Paraíba. Por manifestação esportiva, 18 Unidades da Federação realizaram convênio como executor principal no esporte escolar, de rendimento e de lazer (Quadro 5).

**Quadro 4 - Unidades da Federação que realizaram convênio,
nos 24 meses anteriores à pesquisa, como executor principal,
por manifestação esportiva - 2016**

Unidades da Federação	Manifestação esportiva
Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás	Esporte escolar, de rendimento e de lazer
Rondônia, Amazonas, Alagoas e Distrito Federal	Esporte de rendimento e de lazer
Acre e Paraíba	Esporte escolar e de rendimento
Roraima e Ceará	Esporte escolar e de lazer
Espírito Santo	Esporte de rendimento
São Paulo	Esporte escolar

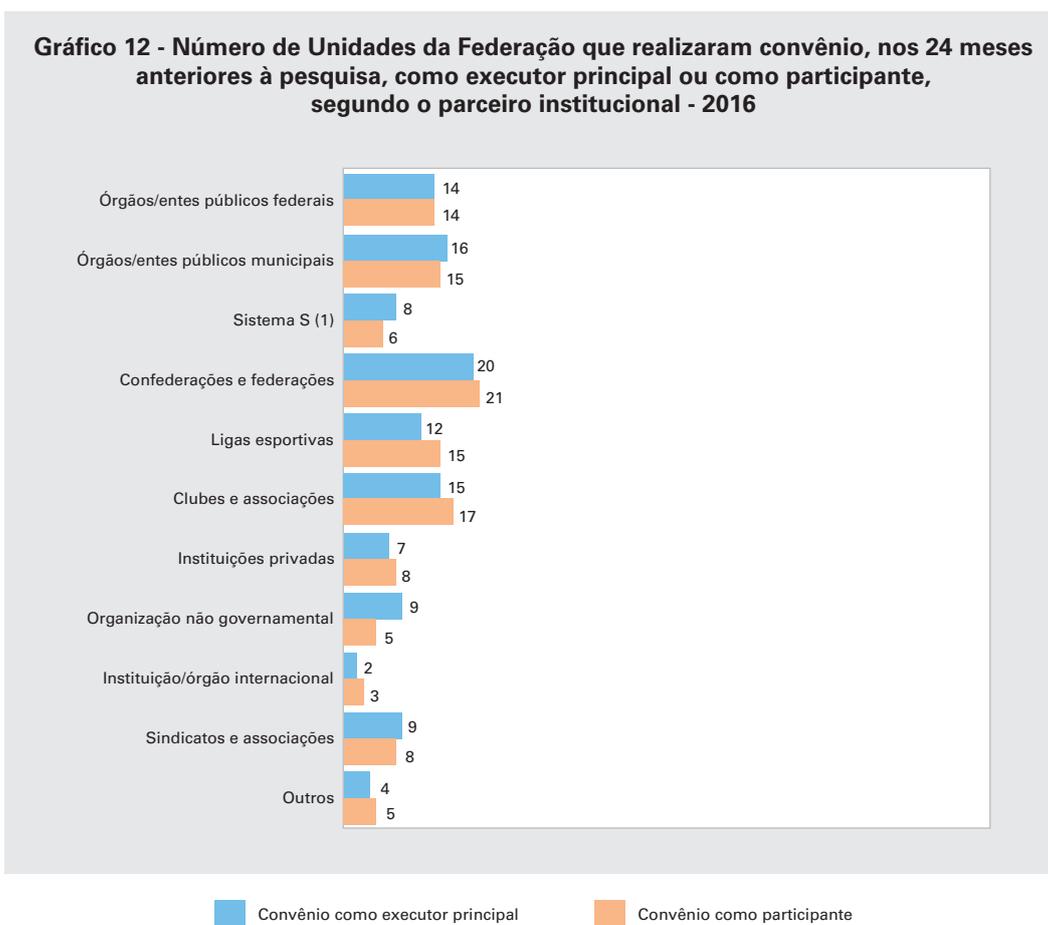
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

**Quadro 5 - Unidades da Federação que realizaram convênio,
nos 24 meses anteriores à pesquisa, como participante,
por manifestação esportiva - 2016**

Unidades da Federação	Manifestação esportiva
Acre, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso	Esporte escolar, de rendimento e de lazer
Rondônia, Alagoas, São Paulo e Distrito Federal	Esporte de rendimento e de lazer
Goiás	Esporte escolar e de lazer
Ceará e Rio Grande do Norte	Esporte escolar

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Foram pesquisadas as parcerias estabelecidas nos convênios, sendo o estado o executor principal ou participante. Os órgãos/entes públicos federais; os órgãos/entes públicos municipais; as confederações e federações; as ligas esportivas; e os clubes e associações eram os parceiros do maior número de Unidades da Federação.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

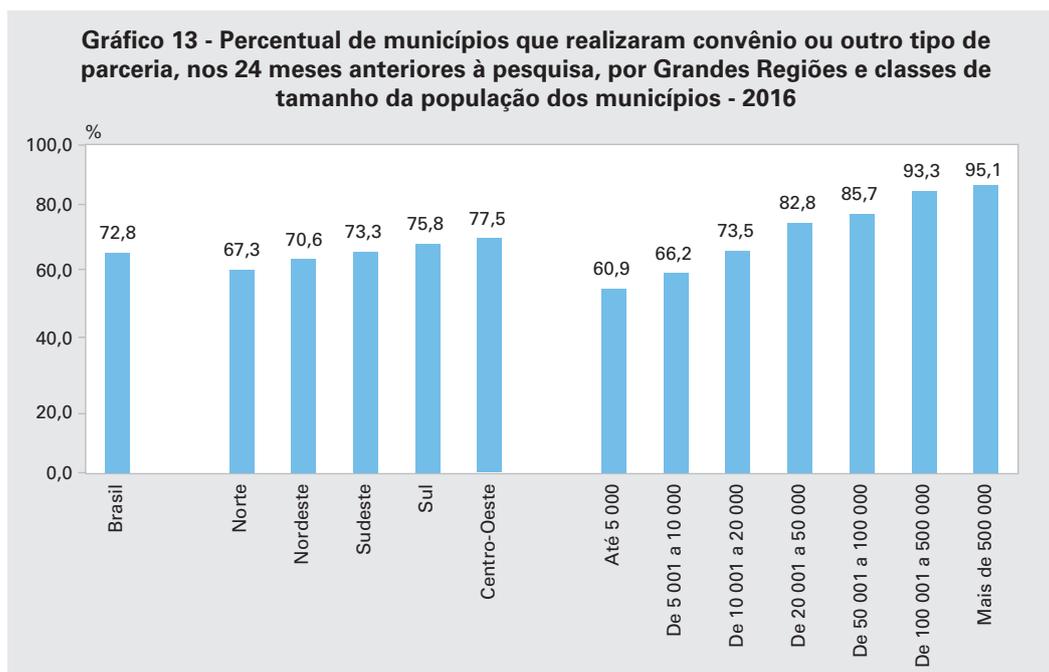
(1) Conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE.

De acordo com os resultados da MUNC 2016, havia legislação municipal específica para tratar dos convênios e parcerias na área do esporte em 6,3% (351) dos municípios brasileiros. Quanto maior a classe de tamanho da população, maior o percentual de municípios com essa legislação, chegando a 23,1% (62) e 39,0% (16), respectivamente, nos municípios de 100 001 a 500 000 e com mais de 500 000 habitantes. Com relação às Grandes Regiões, as Regiões Sudeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram os maiores percentuais, respectivamente, 8,1% (135) e 7,3% (34) (Tabelas 21 e 22, disponíveis no portal do IBGE na Internet).

Assim como nas Unidades da Federação, apesar de poucos municípios contarem com legislação específica para tratar dos convênios e parcerias na área do esporte, de acordo com os resultados da MUNC 2016, dos 5 570 municípios, 4 057 (72,8%) realizaram convênio ou outro tipo de parceria nos 24 meses anteriores à pesquisa, seja como executor principal (a prefeitura executa a ação, projeto ou programa, o parceiro é só participante) ou como participante. Houve um aumento significativo em relação ao ano de 2003, quando dos 5 557 municípios, 2 441 (43,9%) efetivaram convênios ou outro tipo de parceria.

No recorte por classe de tamanho da população, em 2016, quanto mais populoso o município, maior o percentual daqueles que realizaram convênio ou outro tipo de parceria. Por Grandes Regiões, o destaque foi a Região Centro-Oeste com 77,5% (362) dos seus municípios celebrando convênio ou outro tipo de parceria.

De acordo com as informações da MUNIC 2016, dos 4 057 municípios que realizaram convênio ou outro tipo de parceria, 2 489 (61,3%) municípios realizaram, nos 24 meses anteriores à pesquisa, convênio sendo a prefeitura o executor principal.



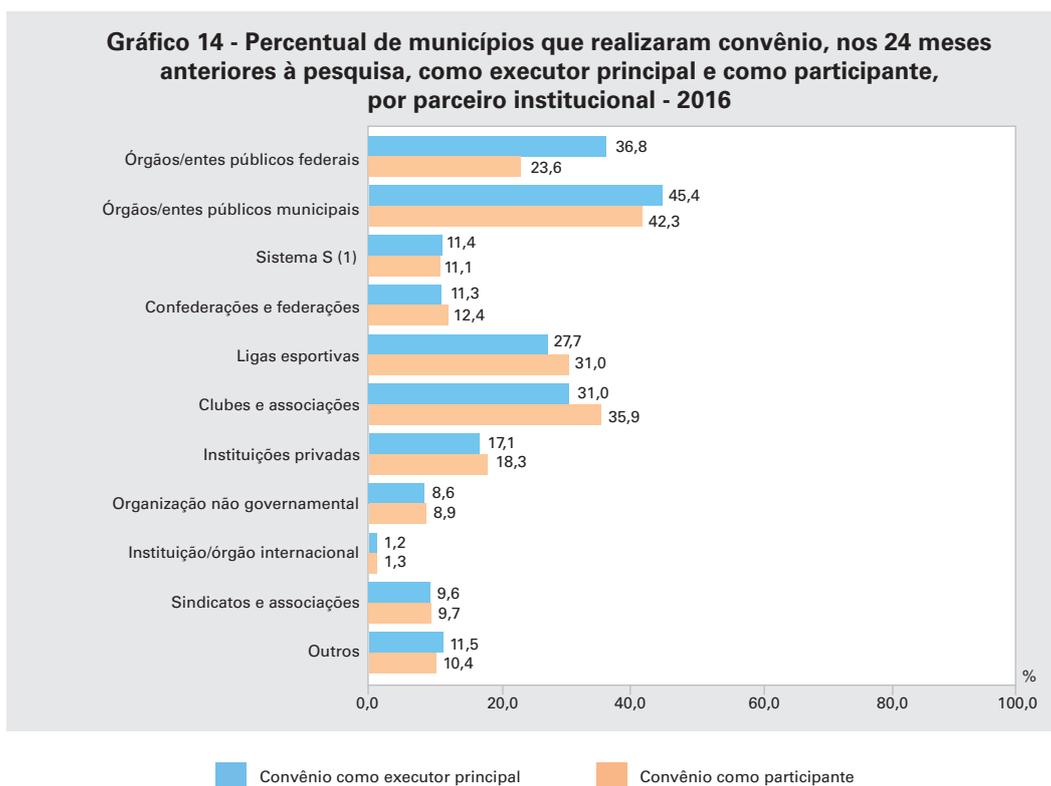
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Considerando apenas os municípios que realizaram convênio, sendo a prefeitura o executor principal, por manifestação esportiva, em 600 (24,1%) municípios esses convênios foram realizados para o esporte escolar, de rendimento e de lazer; em 23,0% (572) apenas para o esporte de lazer; e em 16,2% (404) para o esporte escolar e de lazer.

Assim como nas Unidades da Federação, com relação às parcerias estabelecidas nos convênios, sendo a prefeitura o executor principal ou como participante, observa-se que os órgãos/entes públicos federais; os órgãos/entes públicos municipais; as ligas esportivas; e os clubes e as associações eram os parceiros mais expressivos em ambos os tipos de convênio.

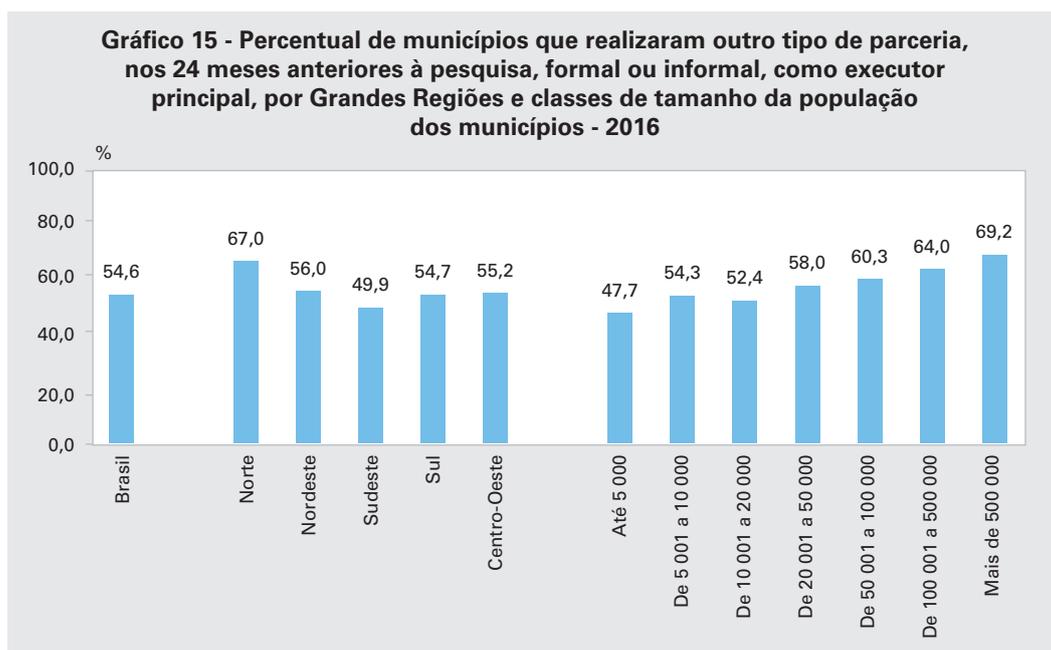
Foi investigado, além dos convênios, se os municípios realizaram outro tipo de parceria, formal ou informal, sendo as prefeituras os executores principais. Dos 4 057 municípios que realizaram convênio ou outro tipo de parceria, observou-se que 54,6% (2 216) responderam possuir outro tipo de parceria. Com médias superiores à nacional, encontram-se os municípios com mais de 20 001 habitantes, chegando a 69,2% (27) nos com mais de 500 000 habitantes.

As Regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram os maiores percentuais de municípios com parceria, respectivamente, 67,0% (203) e 56,0% (709).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

(1) Conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Ações, projetos e programas

Foram pesquisadas pelo Suplemento de Esporte da ESTADIC e da MUNIC as ações, projetos e programas executados pelos governos estaduais e prefeituras, por manifestação esportiva, nos 24 meses anteriores à realização das pesquisas, realizadas isoladamente pelos estados, Distrito Federal e municípios ou em conjunto com outros órgãos externos.

À exceção de Rondônia e do Distrito Federal, todas as demais Unidades da Federação executaram ações, projetos e programas nas três manifestações esportivas. Dentre essas, 22 desenvolveram competição esportiva escolar; 19, construção, ampliação e/ou manutenção de instalações e/ou equipamentos esportivos escolares; e 18, ações para pessoa com deficiência.

Três estados realizaram apenas uma das ações, os Estados de Alagoas e do Rio Grande do Sul, competição esportiva escolar e o Estado do Amazonas, esporte escolar curricular.

Com relação às ações, projetos e programas na área do esporte de rendimento, todas as Unidades da Federação executaram mais de uma ação, projeto ou programa, sendo que o Estado do Amazonas e o de Sergipe executaram apenas duas das ações, projetos e programas pesquisados. O esporte de base foi desenvolvido pelo maior número de Unidades da Federação.

No esporte de lazer, todas as Unidades da Federação executaram pelo menos uma ação, projeto ou programa, sendo que os Estados de Rondônia e de Roraima executaram apenas ações, projetos e programas voltados para jovens e adultos.

Entre as ações, projetos e programas implementados pelo maior número de gestões estaduais estavam as voltadas para jovens e adultos, para idosos e para pessoas com deficiência.

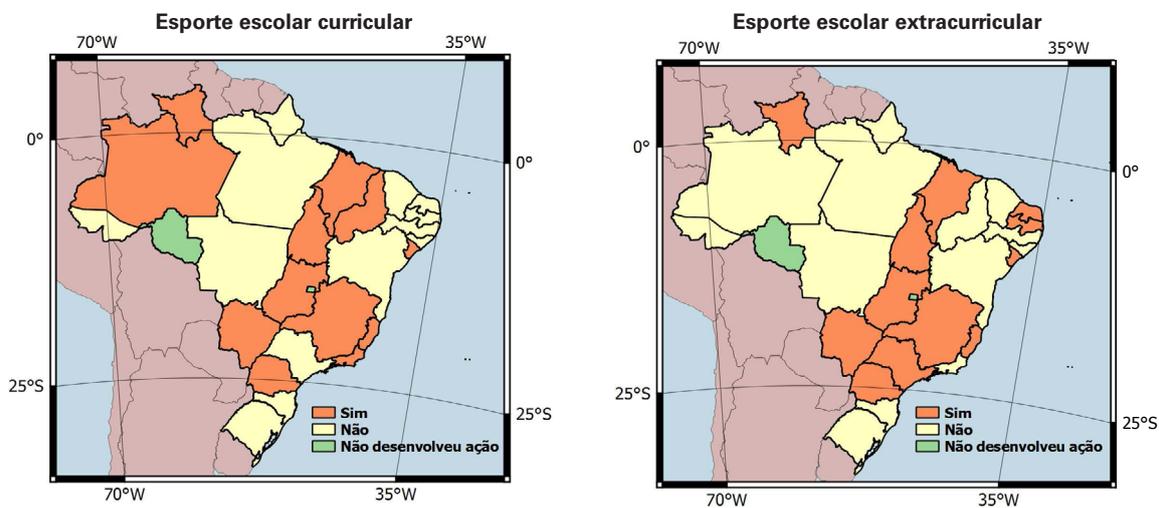
Cartograma 6 - Unidades da Federação com ações, projetos e programas executados, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva - 2016



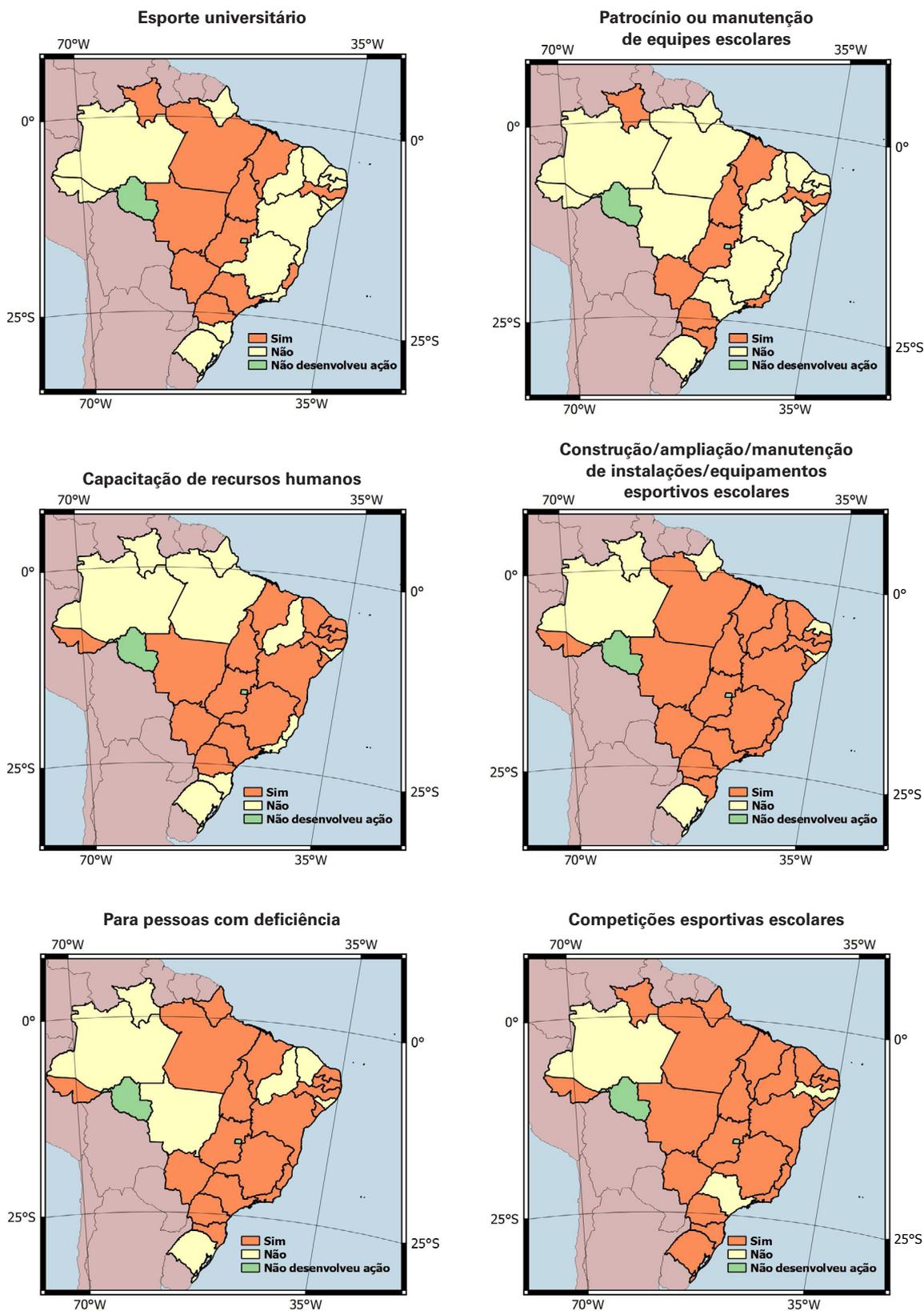
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Cartograma 7 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte escolar - 2016

(continua)



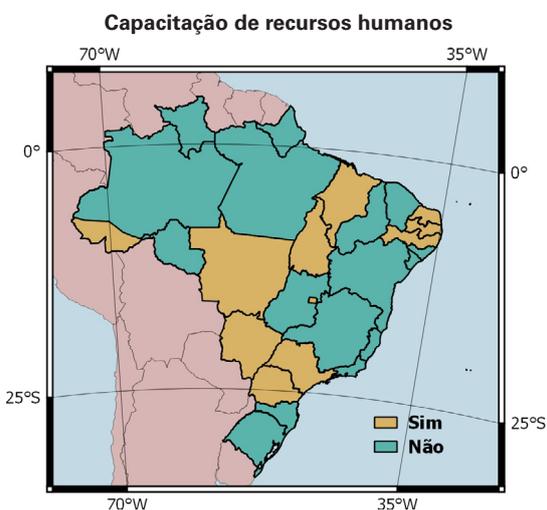
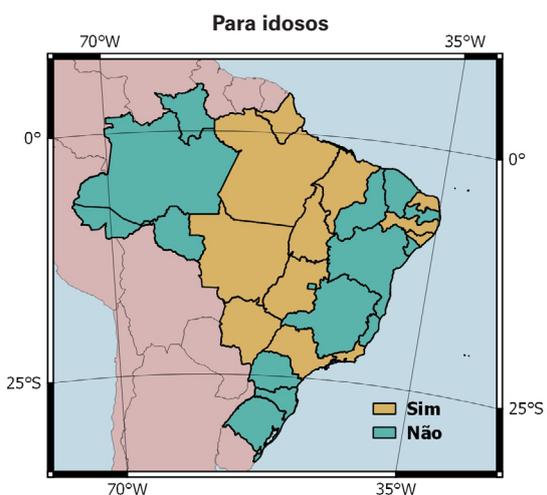
Cartograma 7 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte escolar - 2016 (conclusão)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

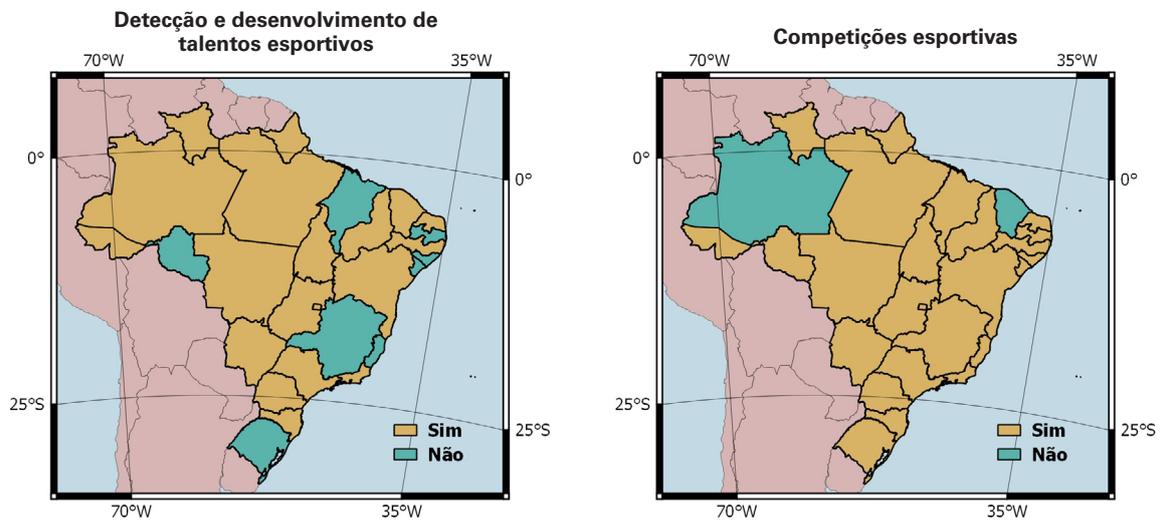
Cartograma 8 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte de rendimento - 2016

(continua)



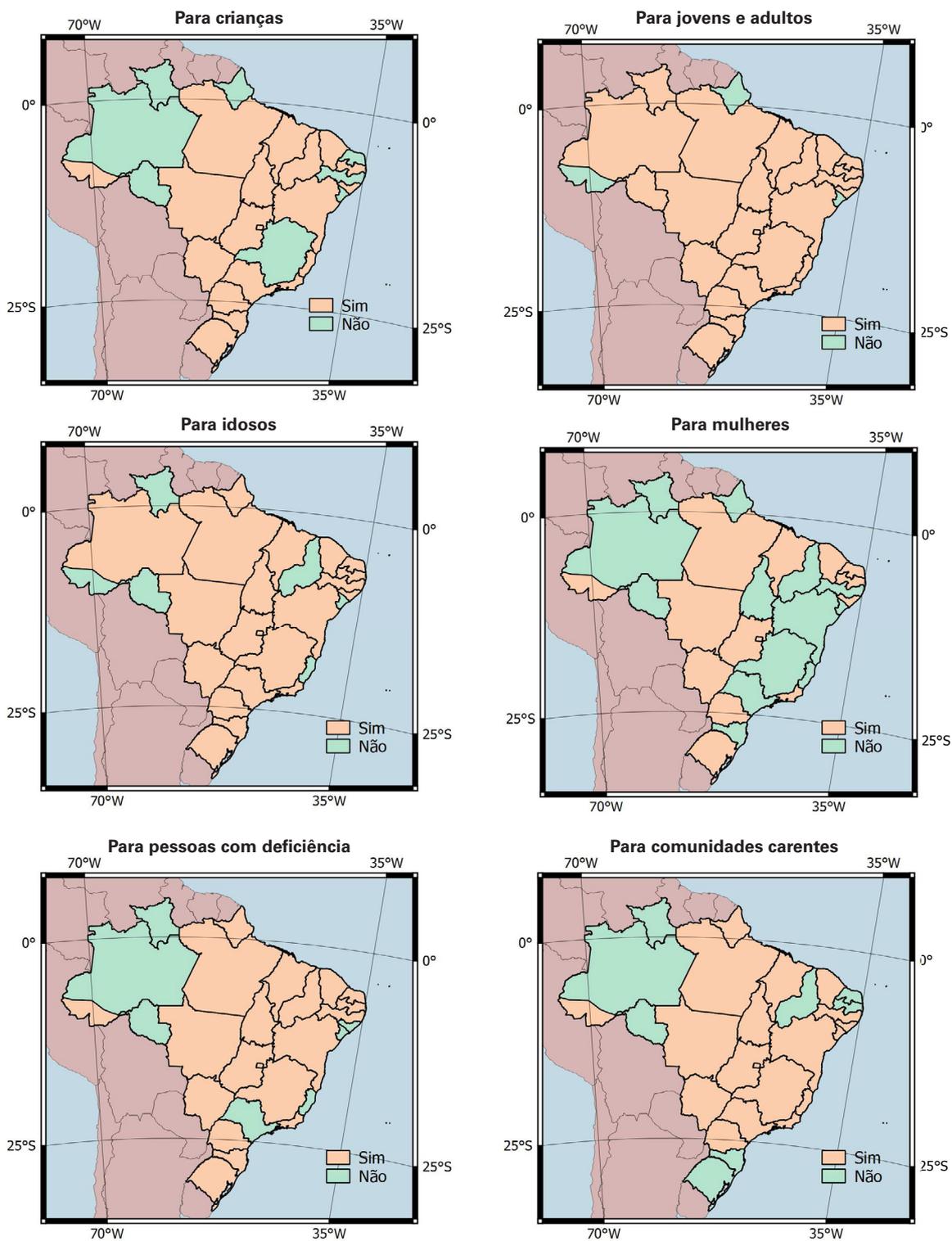
Cartograma 8 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte de rendimento - 2016

(conclusão)



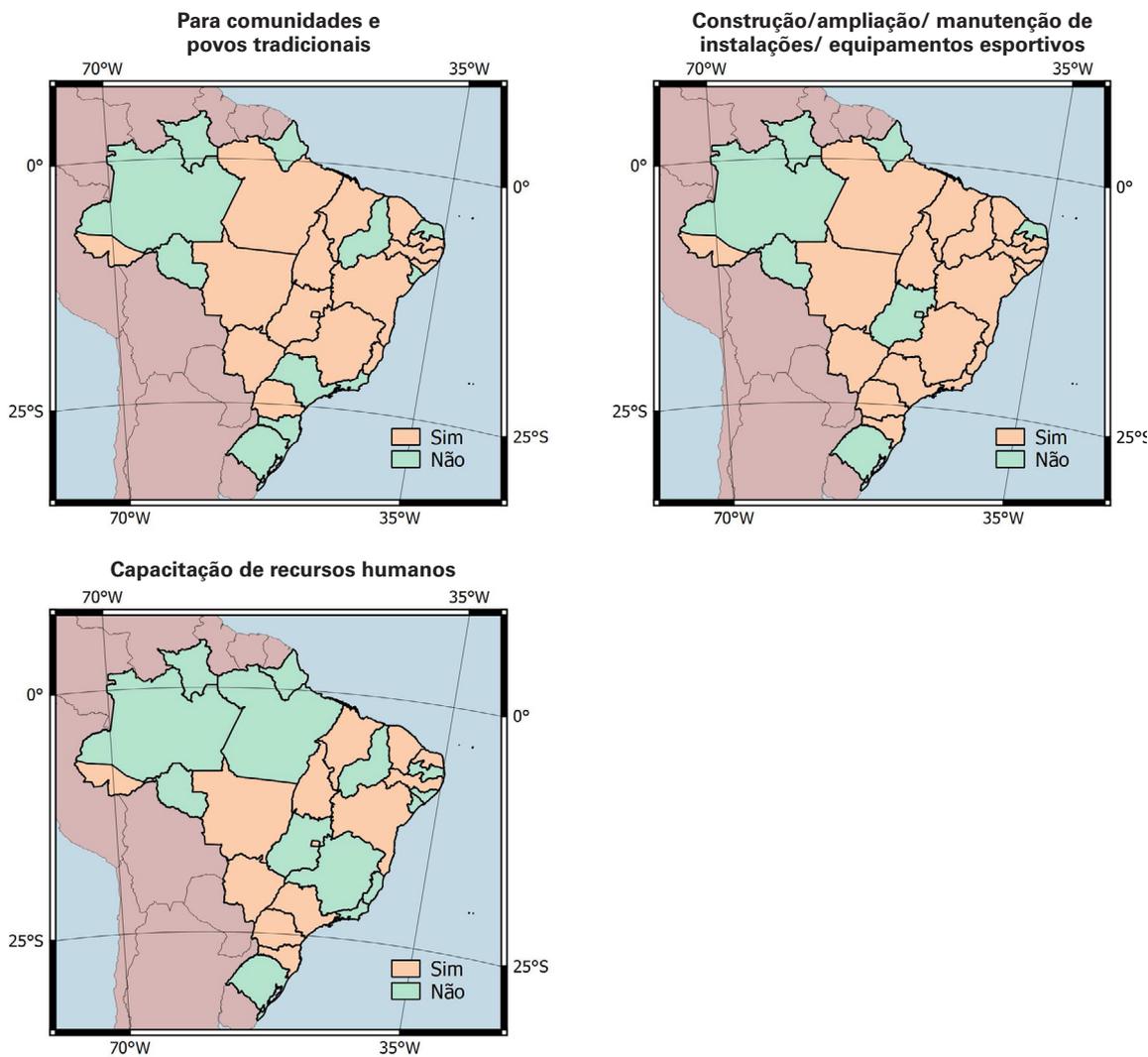
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Cartograma 9 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte de lazer - 2016 (continua)



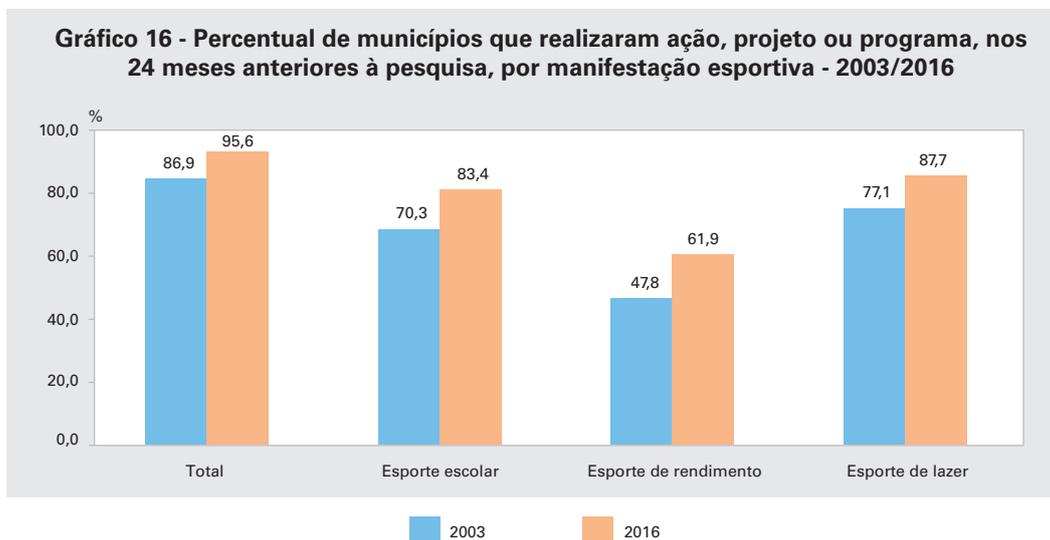
Cartograma 9 - Unidades da Federação que executaram ações, projetos e programas, nos 24 meses anteriores à pesquisa, na área do esporte de lazer - 2016

(conclusão)



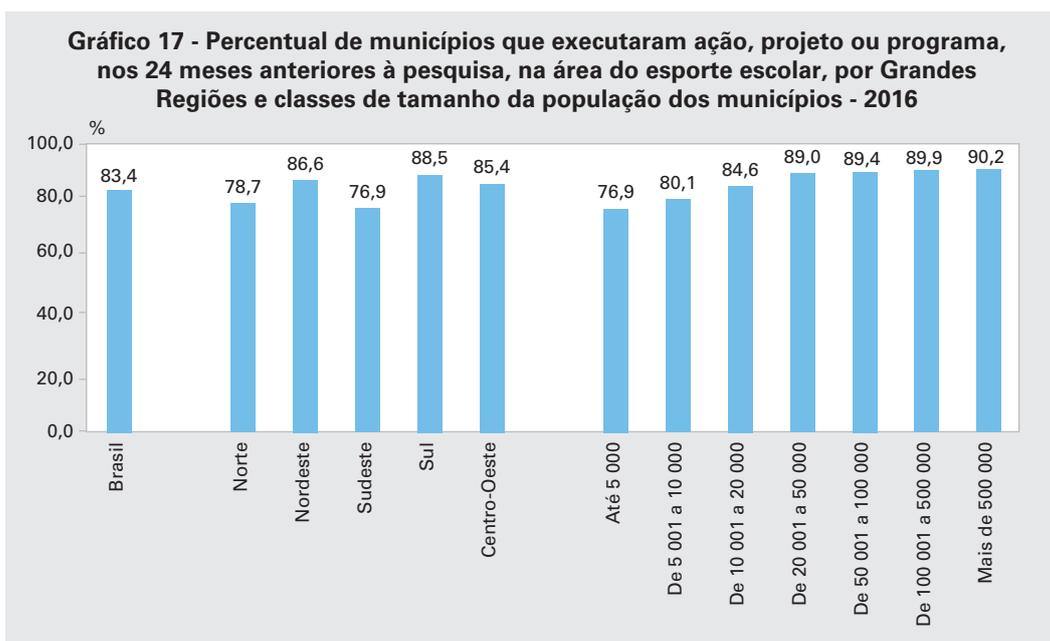
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Em comparação com os dados de 2003, no que diz respeito ao percentual de gestões municipais que executaram ações, projetos e programas na área do esporte em 2016, observou-se um aumento no percentual de municípios que responderam afirmativamente a essa questão, passando de 86,9% (4 829) para 95,6% (5 325).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2003/2016.

Dos 5 570 municípios, 83,4% (4 644) desenvolviam alguma ação, projeto ou programa na área do esporte escolar. No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, quanto mais populoso o município, maior o percentual dos que executaram alguma ação, projeto ou programa na área do esporte escolar. Dentre as Grandes Regiões, a Sul e a Nordeste eram os destaques (Gráfico 17).



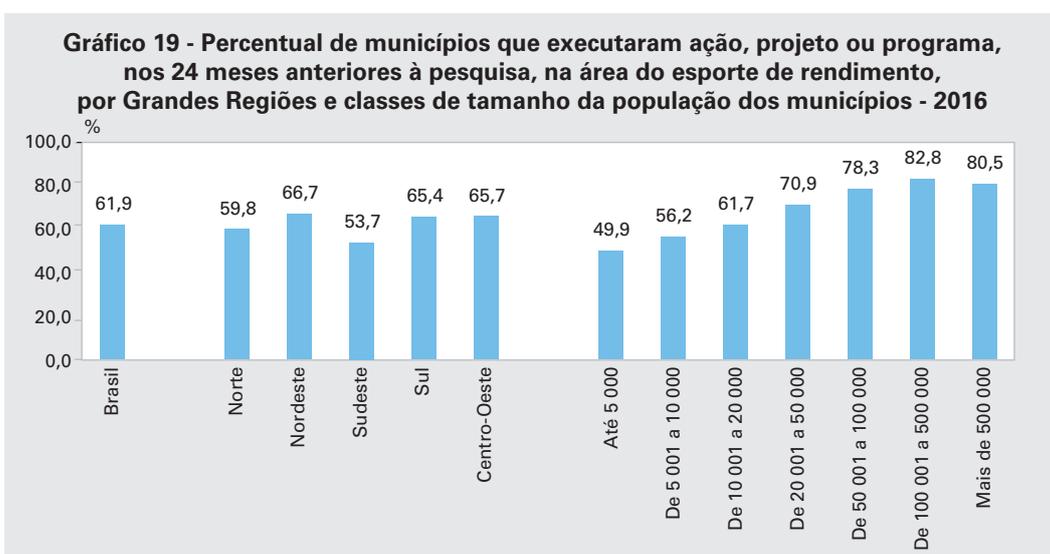
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dos 4 644 municípios que desenvolviam alguma ação, projeto ou programa na área do esporte escolar, as competições esportivas escolares e o esporte escolar curricular foram os que mais se destacaram, sendo desenvolvidos, respectivamente, por 77,3% (3 589) e 51,6% (2 394) dos municípios do País.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dos 5 570 municípios brasileiros, 60,1% (3 448) declararam desenvolver pelo menos uma ação, projeto ou programa na área do esporte de rendimento. Com relação às classes de tamanho da população dos municípios, o maior percentual estava nos municípios de 100 001 até 500 000 habitantes, 82,8% (268), seguido dos com mais de 500 000 habitantes, 80,5% (33). Assim como no esporte escolar, a Região Sudeste foi a que apresentou o menor percentual de municípios que desenvolviam ação, projeto ou programa na área do esporte de rendimento, 53,7% (896).



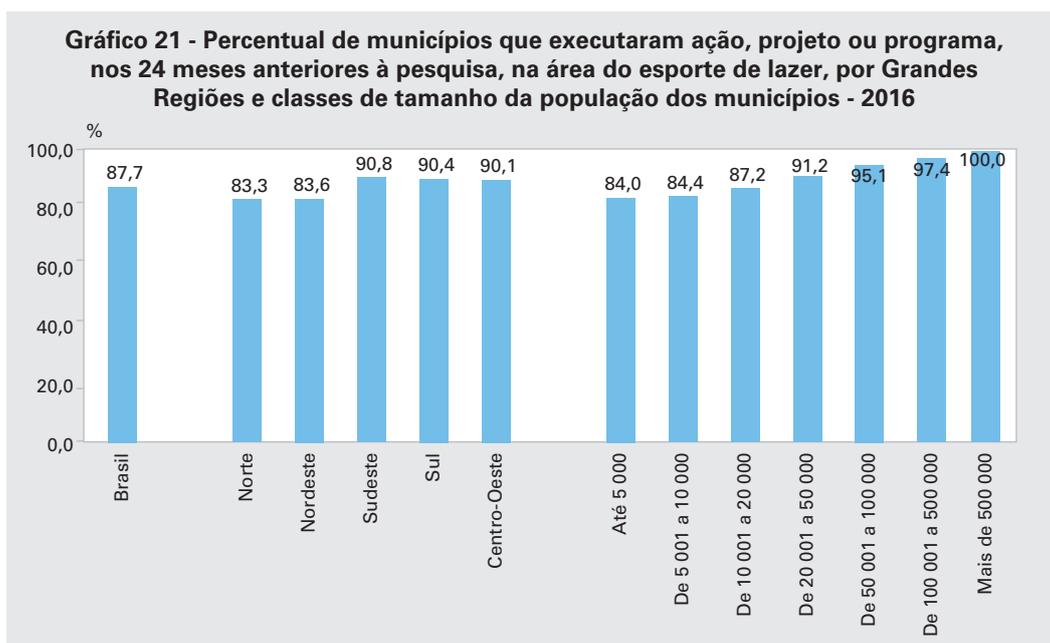
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Em 86,2% (2 972) dos 3 448 que executaram alguma ação, projeto ou programa na área do esporte de rendimento, as competições esportivas escolares foram o maior destaque, enquanto o esporte de base era desenvolvido por 60,4% (2 082).



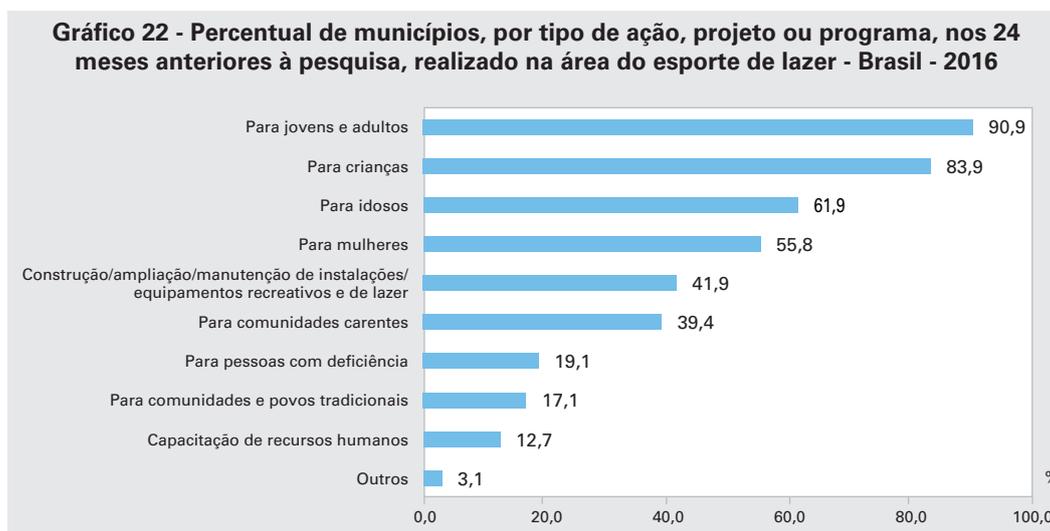
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Em relação ao esporte de lazer, 4 887 (87,7%) implementaram alguma ação, projeto ou programa na área em 2016. No recorte por classe de tamanho da população dos municípios, quanto mais populoso o município, maior o percentual dos que executaram alguma ação, projeto ou programa de esporte de lazer, chegando a 100,0% (41) dos municípios com mais de 500 000 habitantes. A Região Sudeste foi a que apresentou o maior percentual, 90,8% (1 514).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Ações, projetos ou programas na área do esporte de lazer voltados para jovens e adultos e para crianças foram as mais citadas pelos 4 887 municípios, respectivamente, 90,9% (4 441) e 83,9% (4 098). Na outra ponta estavam as ações, projetos ou programas para pessoas com deficiência, executadas por 19,1% (934) dos municípios, e para povos e comunidades tradicionais, em 17,1% (835).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Investigou-se também a implementação de ações, projetos e programas permanentes de inclusão social por meio do esporte, os parceiros dos governos estaduais e prefeituras para realização dessas ações e para onde eram direcionadas as ações de inclusão social. Segundo as informações obtidas pela ESTADIC, 24 Unidades da Federação realizaram ações, projetos ou programas com esse objetivo, à exceção dos Estados do Rio Grande do Norte, de Mato Grosso e de Rondônia.

Com relação às parcerias estabelecidas para o desenvolvimento das ações de inclusão social, em oito estados as ações eram desenvolvidas exclusivamente pelo governo estadual, são eles: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Os Estados do Piauí, do Ceará e de Minas Gerais não desenvolviam nenhuma ação por iniciativa exclusiva da gestão estadual, seus parceiros nas ações eram, respectivamente, o governo municipal, o governo federal e a iniciativa privada.

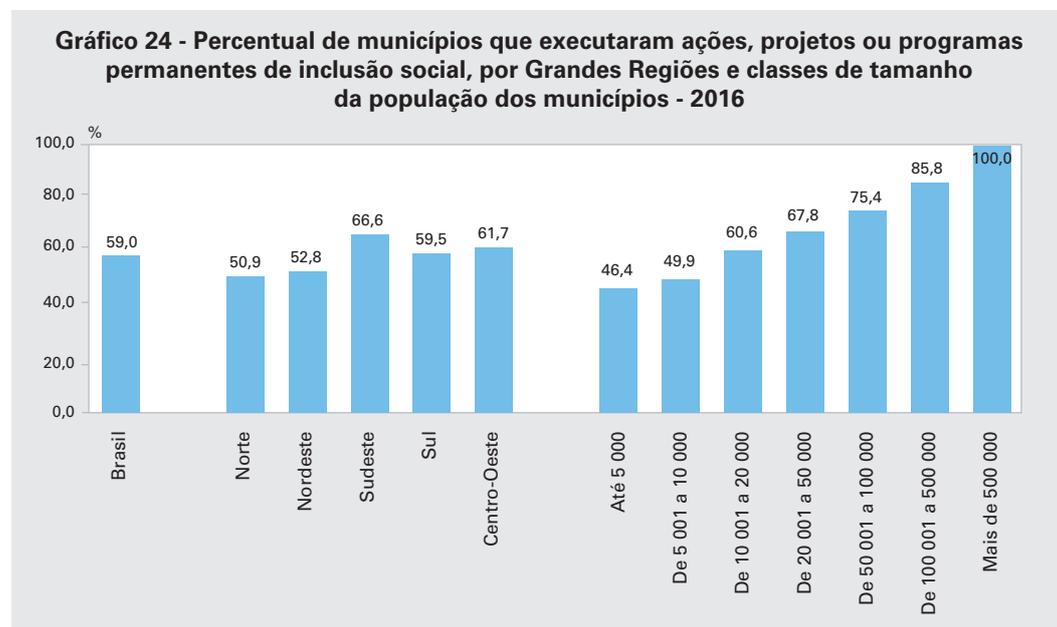
Em relação às ações, projetos e programas para inclusão social, em 21 Unidades da Federação esses eram voltados para jovens e adultos, e em 20, para crianças (Gráfico 23).

No âmbito dos 5 570 municípios, 59,0% (3 285) desenvolveram alguma ação, projeto ou programa de inclusão social por meio do esporte. No que diz respeito às classes de tamanho da população, o percentual de municípios que executaram alguma ação variava de 46,4% (574) e 100,0% (41) nos municípios com mais de 500 000 habitantes (Gráfico 24).

Dentre as Grandes Regiões, a Sudeste foi a que declarou ter a maior proporção de municípios que realizavam ação, projeto ou programa de inclusão social por meio do esporte, 66,6% (1 111).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

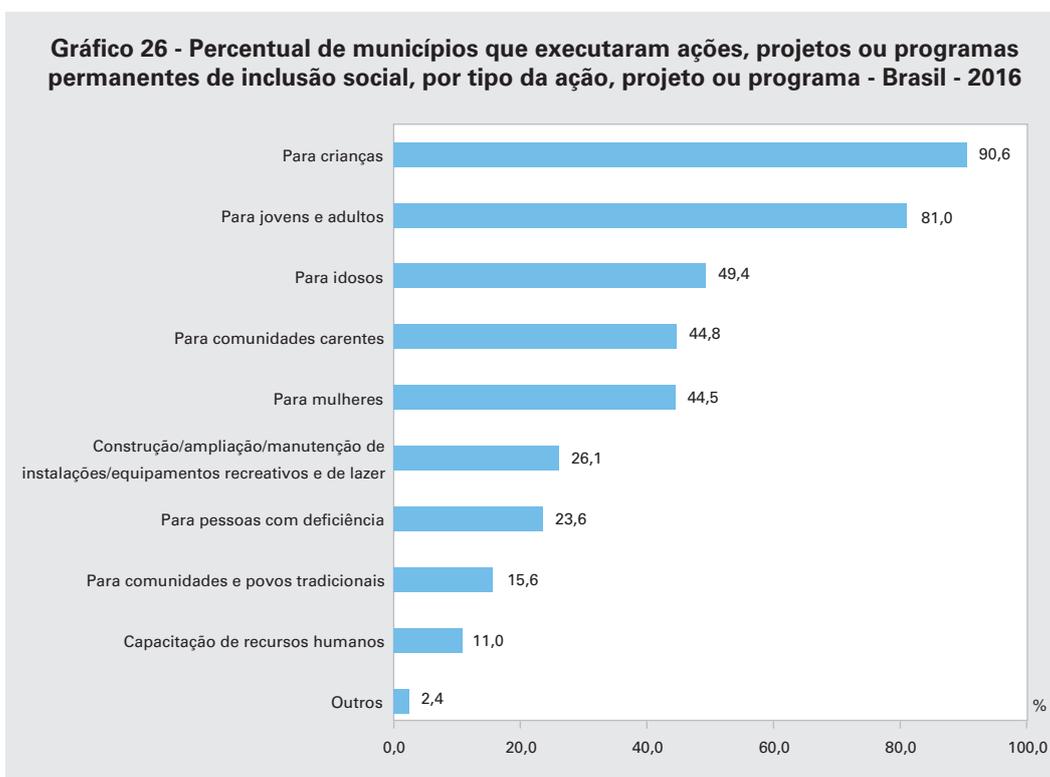
Os dados municipais registraram o importante papel das prefeituras na implementação das ações de inclusão social por meio do esporte. Em 81,3% (2 672) dos 3 285 municípios que desenvolviam alguma ação, essas eram feitas por iniciativa exclusiva da prefeitura. O governo estadual atuava como parceiro em 20,2% (662), e o governo federal atuava em 18,9% (622) dos municípios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

(1) Conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal do Brasil de 1988. São elas: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; Serviço Social do Comércio - SESC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social de Transporte - SEST; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT; e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

As ações, projetos e programas voltados para crianças foram os mais citados pelos municípios, 90,6% (2 975), assim como as ações para jovens e adultos, 81,0% (2 662).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Eventos esportivos

A realização de eventos esportivos foi investigada pelo Suplemento de Esporte da ESTADIC e da MUNIC. Foram considerados os eventos realizados nos 24 meses anteriores à realização das pesquisas, executados exclusivamente pelo governo estadual, distrital e das prefeituras ou com participação desses, por manifestação e modalidade esportiva.

Todas as Unidades da Federação declararam a realização de algum tipo de evento esportivo. No conjunto das unidades, 25 realizaram eventos no esporte escolar; 26, no esporte de rendimento; e 25 no esporte de lazer.

O Estado de Rondônia e o Distrito Federal declararam realização de eventos no esporte de rendimento e de lazer; Roraima, no esporte escolar e de lazer; e Espírito Santo e São Paulo, no esporte escolar e de rendimento. As demais realizaram eventos nas três manifestações esportivas.

Em relação à abrangência dos eventos, o Estado de Rondônia foi o único a declarar que realizou apenas eventos intermunicipais. Por outro lado, 26 Unidades da Federação realizaram eventos de abrangência estadual; 21, de abrangência municipal; 20, de abrangência nacional; e 14 de abrangência internacional.

Cartograma 10 - Unidades da Federação que realizaram eventos, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

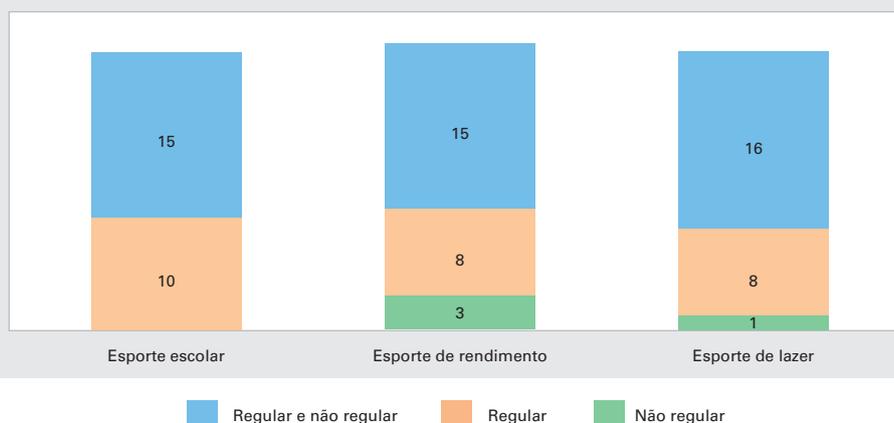
Quadro 6 - Unidades da Federação que realizaram eventos esportivos, nos 24 meses anteriores à pesquisa, de acordo com a abrangência do evento - 2016

Unidades da Federação	Abrangência
Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás	Municipal, intermunicipal, estadual, interestadual, nacional e internacional
Acre, Amapá, Maranhão e Paraná	Municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e nacional
Minas Gerais e Espírito Santo	Municipal, intermunicipal, estadual, nacional e internacional
Pernambuco	Municipal, estadual, interestadual, nacional e internacional
Amazonas	Estadual, interestadual, nacional e internacional
Roraima	Intermunicipal, estadual, interestadual e nacional
Pará	Municipal, intermunicipal, estadual e internacional
Piauí	Municipal, estadual, interestadual e nacional
Sergipe	Municipal, intermunicipal, estadual e interestadual
Paraíba e São Paulo	Municipal, intermunicipal e estadual
Rondônia	Intermunicipal
Rio Grande do Sul e Distrito Federal	Estadual

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Considerando a regularidade dos eventos, em todas as manifestações esportivas, o maior número de Unidades da Federação informou realizar eventos regulares (com periodicidade definida) e não regulares (sem periodicidade definida). Os Estados do Acre, de Tocantins e da Paraíba realizaram apenas eventos regulares no esporte escolar, de rendimento e de lazer. Realizaram apenas eventos não regulares, o Estado do Amazonas no esporte de rendimento e de lazer, e o Piauí e o Ceará, no esporte de rendimento.

Gráfico 27 - Número de Unidades da Federação que realizaram eventos esportivos, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva, segundo a regularidade do evento - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Com relação às modalidades esportivas que ocorriam nos eventos, essas foram divididas em três grupos apresentados no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - Modalidades esportivas - 2016

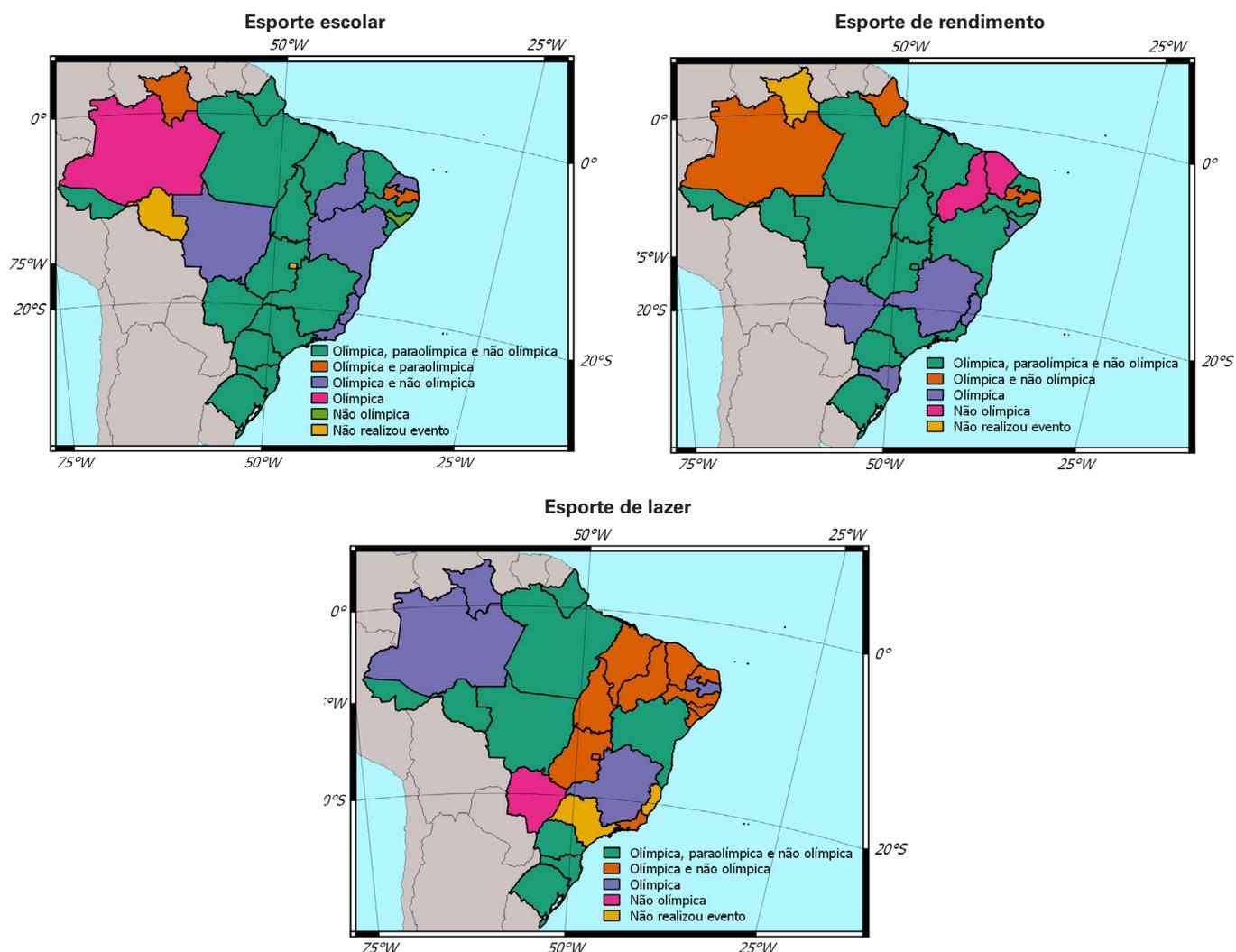
Grupos	Modalidades
Olimpíca	Atletismo; Badminton; Basquete; Beisebol; Boxe; Canoagem; Ciclismo; Esgrima; Futebol; Ginástica artística; Ginástica rítmica; Ginástica de trampolim; Golfe; Handebol; Hipismo; Hóquei sobre grama; Judô; Levantamento de peso; Lutas; Maratona aquática; Natação; Nado sincronizado; Pentatlo moderno; Polo aquático; Remo; Rúgbi; Saltos ornamentais; <i>Softbo l</i> ; <i>Tae kwon do</i> ; Tênis; Tênis de mesa; Tiro com arco; Tiro esportivo; Triatlo; Vela; Vôlei de praia e Voleibol
Paraolímpica	Atletismo; Basquete em cadeira de rodas; Bocha; Canoagem; Ciclismo de estrada; Ciclismo de pista; Dança esportiva em cadeira de rodas; Esgrima em cadeira de rodas; Futebol de 5; Futebol de 7; <i>Goalball</i> ; Halterofilismo; Hipismo; Judô; Natação; <i>Parabadminton</i> ; Remo; Rúgbi em cadeira de rodas; <i>Tae kwon do</i> ; Tênis de mesa; Tênis em cadeira de rodas; Tiro com arco; Tiro esportivo; Triatlo; Vela e Voleibol sentado
Não olímpica	Aerodelismo; Alpinismo; Automobilismo; <i>Bicicross</i> ; Biribol; Bocha; <i>Bodyboard</i> ; Bolão; Boliche; Caça e tiro; Caça submarina; Caminhada; Capoeira; Carteadado (biriba; <i>bridge</i> ; buraco; truço; canastra; sueca etc.); Culturismo e musculação; Dança de salão e outras; Decatlo; Esqui aquático; Frescobol; Futebol de areia; Futsal; Futebol <i>society</i> ; <i>Gatebol</i> ; <i>Cricket</i> ; Ginástica (exclusive ginástica olímpica); Hidroginástica; Hóquei sobre patins; Jiu-jitsu; Jogo de damas; Jogo de dominó; Karatê; Kartismo; <i>Kung Fu</i> ; Malha; Montanhismo; Motociclismo; <i>Motocross</i> ; Motonáutica; Parapente; Paraquedismo; Patinação; Pelota de mão; Pentatlo militar; Pesca; Peteca; Polo; Pontobol; Punhobol; Queimada; Rodeio; Sinuca; bilhar e totô; <i>Skate</i> ; <i>Snowboard</i> ; Sumô; Surfe; Tamboréu; Turfe; Voo a vela; Windsurfe; Xadrez; e Outra(s)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016 e Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Nesse contexto, 4 Unidades da Federação realizaram eventos de esporte escolar, de rendimento e de lazer com modalidades esportivas dos três grupos.

O Cartograma 11 mostra as Unidades da Federação por realização de eventos em cada manifestação esportiva segundo as modalidades constantes no Quadro 7.

Cartograma 11 - Unidades da Federação que realizaram eventos, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva e grupo de modalidade esportiva - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Dentre os eventos realizados, por manifestação esportiva e por modalidades selecionadas, segundo as maiores frequências (consideramos os esportes citados por, no mínimo, 10 Unidades da Federação), destacavam-se os eventos relacionados no Quadro 8.

Quadro 8 - Eventos realizados, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva e modalidades selecionadas, segundo as maiores frequências - 2016

Esporte escolar		Esporte de rendimento		Esporte de lazer	
Modalidade	Número de Unidades da Federação	Modalidade	Número de Unidades da Federação	Modalidade	Número de Unidades da Federação
Olimpíca					
Atletismo	22	Futebol	22	Atletismo	18
Handebol	22	Atletismo	21	Futebol	17
Voleibol	22	Handebol	19	Basquete	10
Basquete	20	Judo	18		
Judo	20	Basquete	17		
Natação	20	Ciclismo	17		
Tênis de mesa	20	Natação	17		
Ciclismo	19	Voleibol	17		
<i>Badminton</i>	17	Tênis de mesa	15		
Futebol	16	Vôlei de praia	15		
Vôlei de praia	16	<i>Tae kwon do</i>	12		
Ginástica rítmica	15	Lutas	10		
Lutas	14				
Paraolímpica					
Atletismo	13	Atletismo	12		
Natação	13	Basquete em cadeira de rodas	10		
Bocha	12				
Não olímpica					
Futsal	21	Futsal	17	Futsal	10
Xadrez	14	Karatê	16		
		Jiu-jitsu	12		
		Capoeira	10		

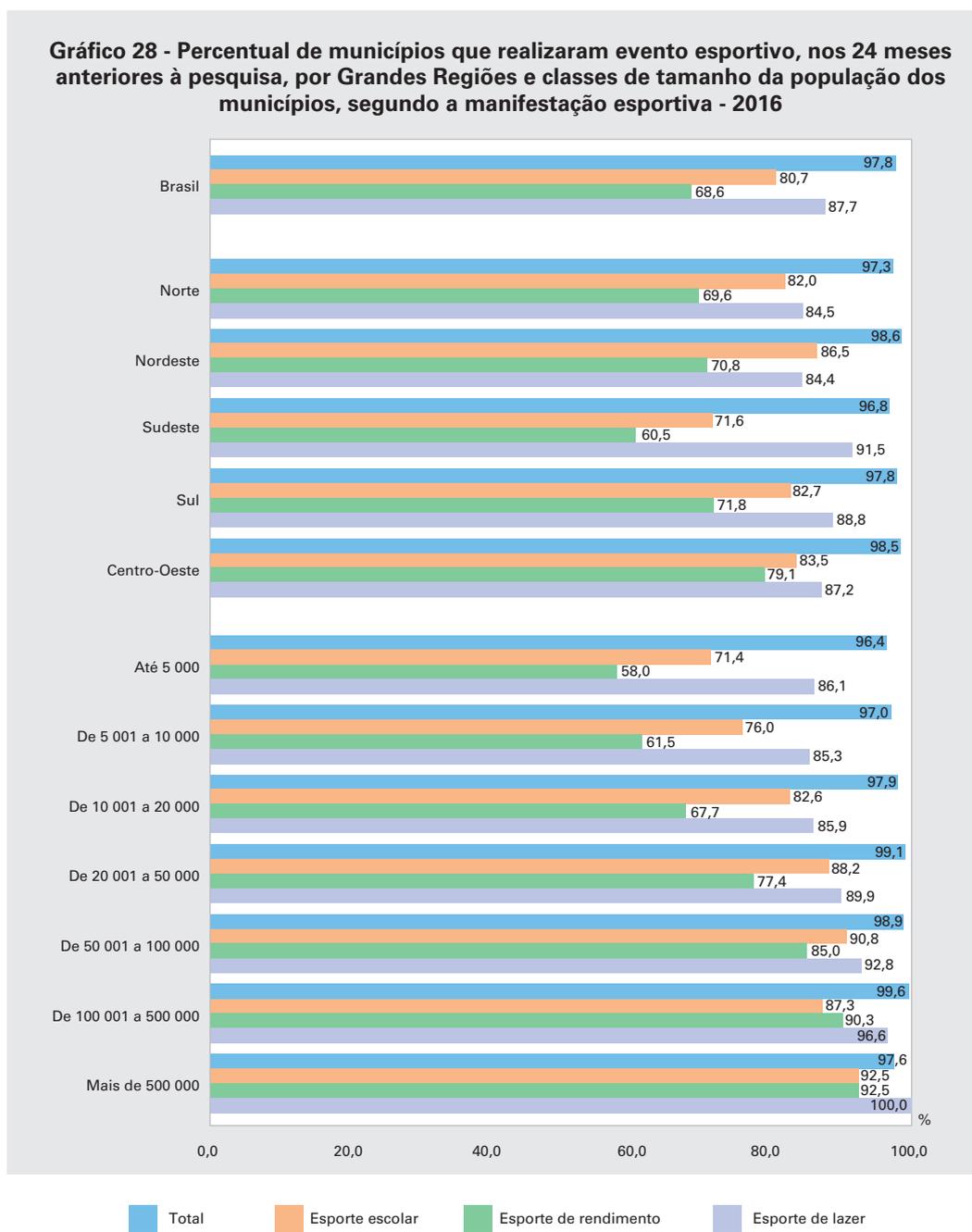
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Verifica-se, que as modalidades mais citadas se repetem nas três manifestações esportivas, variando o número de Unidades da Federação que realizaram evento onde a modalidade esteve presente.

A média nacional dos municípios que realizaram eventos esportivos no ano de 2003 foi de 93,6%, (5 204), em 2016, passou para 97,8% (5 445).

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verificou-se que a realização de eventos oscilava entre 96,4% (1 193) e 99,6% (267) nos municípios de 100 001 a 500 000 habitantes. Por Grandes Regiões, a Região Nordeste e a Região Centro-Oeste tinham os maiores percentuais de municípios que realizaram eventos esportivos, respectivamente, 98,6% (1 794) e 98,5% (460).

Com relação aos eventos realizados por manifestação esportiva, dos 5445 municípios que realizam algum evento, 87,7% (4 774) dos municípios realizaram eventos no esporte de lazer, 80,7% (4 392), no esporte escolar e 68,6% (3 734), no esporte de rendimento. Nas Grandes Regiões, verifica-se o mesmo padrão encontrado na média nacional, com exceção da Região Nordeste, onde o maior percentual era dos municípios que realizaram eventos de esporte escolar. Por classe de tamanho da população, o destaque eram os municípios com mais de 500 000 habitantes, onde o percentual dos que realizaram eventos de esporte escolar era igual aos do esporte de rendimento, 92,5% (37).



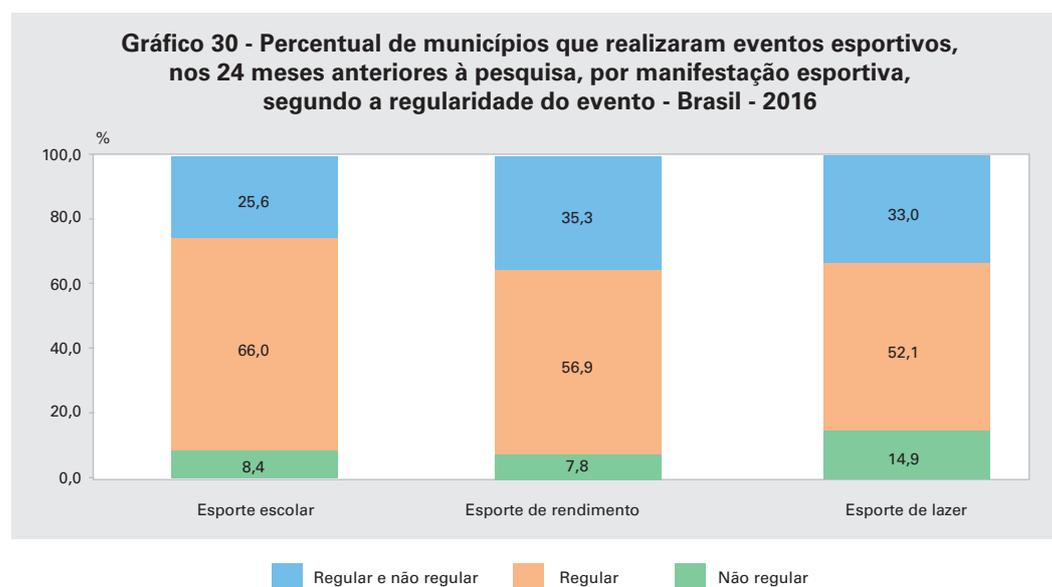
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dentre os municípios que afirmaram a realização de eventos, em 96,6% (5 258) desses, os eventos eram municipais e em 67,6% (3 681), intermunicipais. Apenas em 7,0% (379) e 4,1% (224) dos municípios realizaram eventos nacionais ou internacionais, respectivamente.



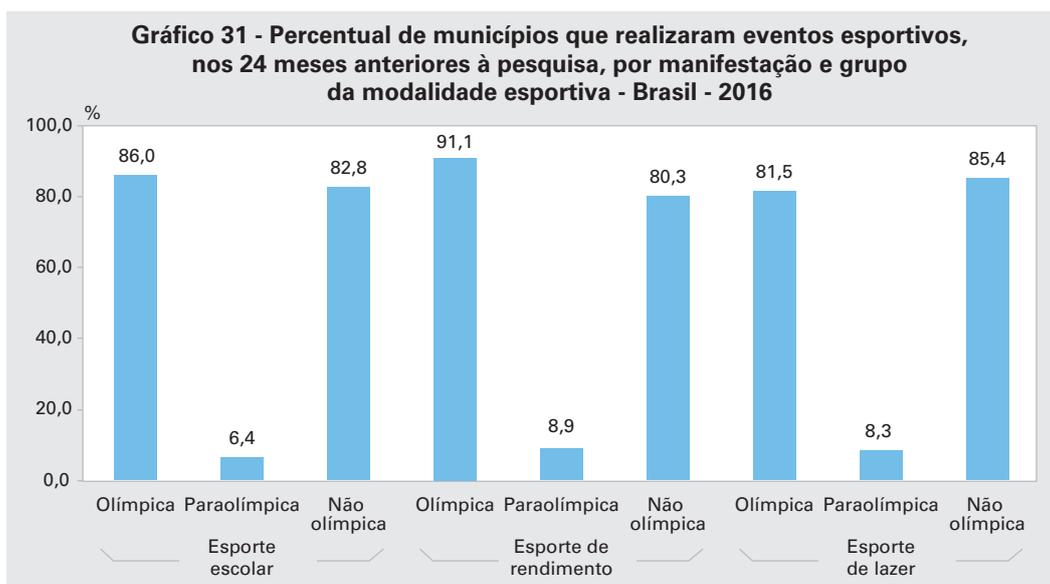
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Em relação à regularidade dos eventos realizados, em todas as manifestações esportivas, o maior percentual de municípios informou realizar eventos regulares, e em mais de 30% dos que realizaram eventos no esporte de rendimento e de lazer, os eventos eram regulares e não regulares.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dos municípios que realizaram eventos no esporte escolar, de rendimento e de lazer, apenas, respectivamente, 6,4% (279), 8,9% (334) e 8,3% (398) dos municípios realizaram eventos com modalidades esportivas paraolímpicas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Dentre os eventos realizados nos municípios, por manifestação esportiva e por modalidades selecionadas, segundo as maiores frequências (consideramos os esportes citados por, no mínimo, 20% dos municípios que realizaram algum evento), destacavam-se os esportes relacionados no Quadro 9.

Nos eventos realizados pelos municípios, destacavam-se as participações nos que promoveram principalmente o futebol, voleibol, atletismo e futsal.

Quadro 9 - Percentual de municípios por eventos realizados, nos 24 meses anteriores à pesquisa, por manifestação esportiva e modalidades selecionadas, segundo as maiores frequências - 2016

Esporte escolar		Esporte de rendimento		Esporte de lazer	
Modalidade	Percentual de municípios	Modalidade	Percentual de municípios	Modalidade	Percentual de municípios
Olímpica					
Futebol	65,3	Futebol	86,2	Futebol	76,3
Voleibol	57,0	Voleibol	34,6	Voleibol	40,1
Atletismo	45,6	Atletismo	28,1	Ciclismo	27,4
Handebol	39,9			Atletismo	26,7
Basquete	24,6				
Paraolímpica					
Atletismo	49,8	Atletismo	47,8	Futsal	81,6
		Natação	21,0	Futebol <i>society</i>	23,5
Não olímpica					
Futebol	76,3	Atletismo	27,9	Futsal	64,3
Voleibol	40,1			Caminhada	27,6
Ciclismo	27,4			Capoeira	25,8
Atletismo	26,7			Futebol <i>society</i>	22,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Instalações esportivas

Com relação às instalações esportivas, é importante destacar que foram levantadas algumas informações sobre as instalações de propriedade das gestões estaduais, distrital e municipais. Além dessas, sobre as escolas da rede pública estadual e municipal que possuíam campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo.

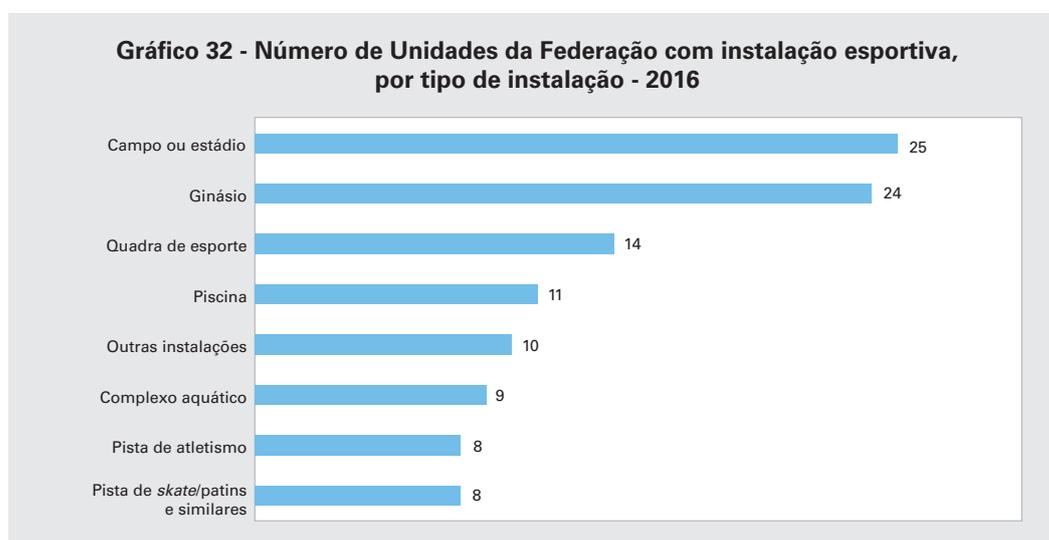
Todas as informações das instalações esportivas foram prestadas pelos gestores estaduais e municipais da política de esporte, ou pessoa por ele designada. Na falta de estrutura organizacional para a política de esporte, por pessoa indicada pelas gestões públicas. No caso das escolas públicas pelas secretarias de educação.

É relevante apresentar alguns conceitos de instalações esportivas que foram utilizados com a finalidade específica de orientar o informante na tipificação das instalações esportivas.

- **Quadra** - instalação esportiva (coberta ou não, iluminada ou não, contando ou não com arquibancada, banheiros e vestiários) que permite a prática de pelo menos uma modalidade esportiva. No caso de quadra coberta, com arquibancada, essa se caracteriza como tal pelo fato de ser aberta lateralmente, o que a diferencia de um ginásio;
- **Ginásio** - instalação esportiva coberta e fechada lateralmente com alvenaria, composto por quadra com iluminação interna, arquibancada, vestiários, banheiros etc., que permite a prática de pelo menos uma modalidade de esporte; e
- **Complexo aquático** - é o equipamento composto por pelo menos duas instalações esportivas destinadas à prática de modalidades esportivas aquáticas (natação, saltos ornamentais, nado sincronizado, polo aquático etc.) e de outras áreas abertas, livres ou construídas.

Foi investigada a existência das seguintes instalações esportivas: academia de boxe, arena de rodeio e vaquejada, autódromo, campo (futebol, futebol *society*, rúgbi, hóquei sobre grama) ou estádio (futebol, rúgbi), campo de beisebol, campo de golfe, campo de bocha, complexo aquático (natação, polo aquático, saltos ornamentais, nado sincronizado), estande de tiro, ginásio, kartódromo, piscina, pista de atletismo, pista de BMX, pista de corrida de cavalo e outros animais, pista de *skate* e/ou patins e similares, pista para hipismo, quadra de esporte, raia para remo e canoagem, salão para a prática esportiva, tanque para saltos ornamentais, velódromo e outras instalações que não as já citadas.

De acordo com os dados obtidos pela ESTADIC 2016, apenas o Estado de Santa Catarina declarou não possuir nenhuma instalação esportiva de sua propriedade. Das 26 Unidades da Federação com instalações esportivas, 25 informaram a existência de campo ou estádio; 24, de ginásio; e 14, de quadra de esporte.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

No ano de 2016, entre essas 26 Unidades da Federação foi informada a existência de 1 026 instalações esportivas de propriedade dos estados e do Distrito Federal. Dentre elas, o maior número era de quadras, ginásios e campos ou estádios, que representavam, respectivamente, 34,0% (349), 26,1% (268), e 17,5% (180) do total.

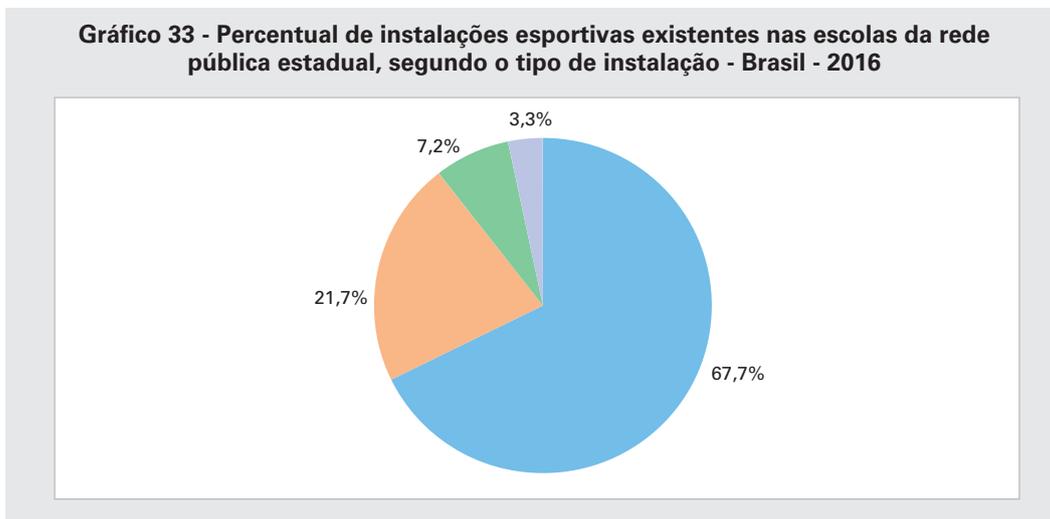
O Estado de São Paulo e o Distrito Federal eram os que possuíam o maior número de quadras; os de Goiás, Bahia e São Paulo, o maior número de ginásios; e os Estados de São Paulo e da Bahia, o maior número de campos ou estádios.

Considerando apenas as escolas da rede pública estadual que possuíam campo de futebol, ginásio, piscina e pista de atletismo, apenas os Estados de Rondônia, do Amapá, de Pernambuco e do Mato Grosso do Sul não possuíam nenhuma unidade de ensino com essas instalações. As demais 23 Unidades da Federação informaram a existência de 1 795 escolas, com 2 017 instalações esportivas classificadas como tal.

Em 175 escolas da rede estadual existiam mais de uma das instalações esportivas aqui relacionadas. Essas escolas estavam concentradas nos Estados de Minas Gerais e de Santa Catarina, e no Distrito Federal, que informaram 161 escolas com mais de uma instalação.

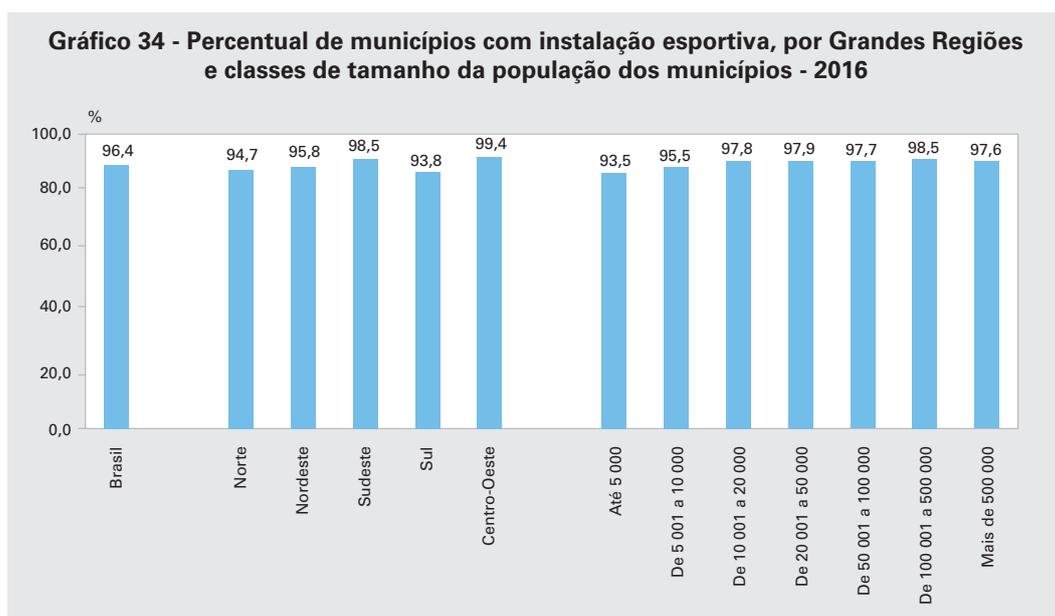
Os estados com o maior número de escolas com essas instalações foram: Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e o Paraná, que somados possuíam 1 217 escolas, 60,3% do total.

Em relação ao tipo das 2 017 instalações que existiam nas escolas, 67,7% (1 366) eram ginásios e 21,7% (438) campo de futebol.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2016.

Em relação aos municípios, no conjunto do País, 96,4% (5 368) dos municípios declararam a existência de instalação esportiva de propriedade da prefeitura. Essa proporção era mais elevada no grupo de municípios com população de 100 001 até 500 000 habitantes, 98,5% (264). No recorte regional, destacou-se a Região Centro-Oeste, onde 99,4% (464) de seus municípios tinham algum tipo de instalação esportiva.

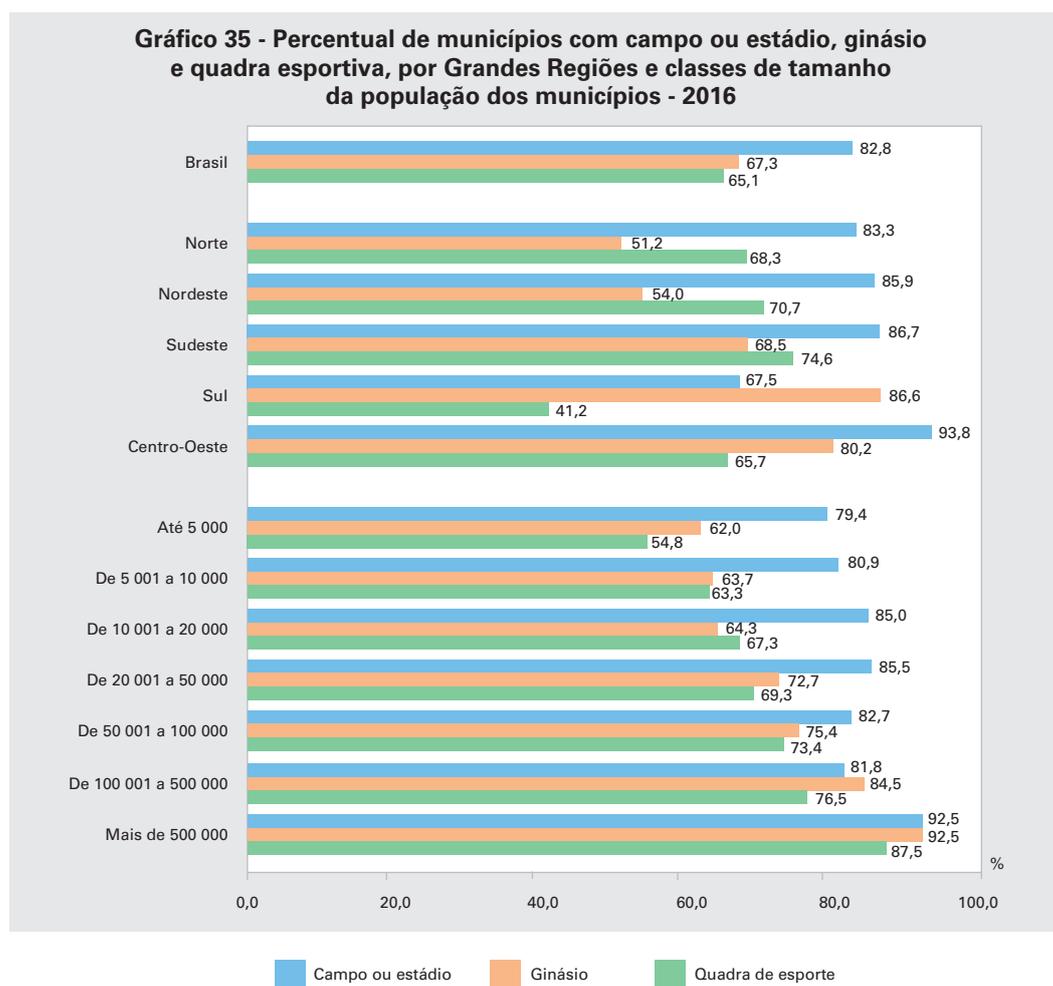


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Foi informada a existência de 41 641 instalações esportivas de propriedade das prefeituras.

Dos 5 368 municípios que possuíam instalações esportivas, 82,8% (4 444) possuíam campo ou estádio; 67,3% (3 611), ginásio; e 65,1% (3 496), quadra esportiva. Dentre as Grandes Regiões, há de se destacar que, a Sul possuía 86,6% (967) de seus municípios com ginásio sob a gestão da prefeitura.

Por classe de tamanho da população, os municípios com mais de 500 000 habitantes, apresentaram o maior percentual de municípios com campo ou estádio e ginásio de propriedade da gestão municipal, 92,5% (37).

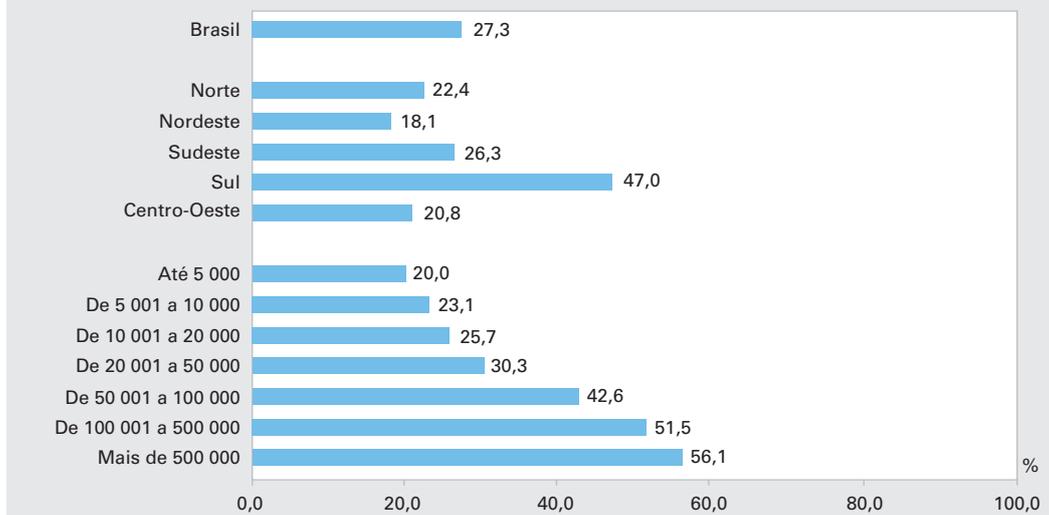


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Em relação às escolas da rede pública municipal que possuíam campo de futebol, ginásio, piscina e/ou pista de atletismo, 1 521 municípios possuíam unidade de ensino com essas instalações, 27,3% do total dos municípios.

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, quanto mais populoso o município, maior o percentual de municípios com escola com as instalações pesquisadas. Dentre as Grandes Regiões, a Sul foi a que declarou ter a maior proporção de municípios que tinham escolas da rede pública municipal com campo de futebol, ginásio, piscina e pista de atletismo, 47,0% (560).

Gráfico 36 - Percentual de municípios com escola da rede pública municipal com campo de futebol, ginásio, piscina ou pista de atletismo, por Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios - 2016



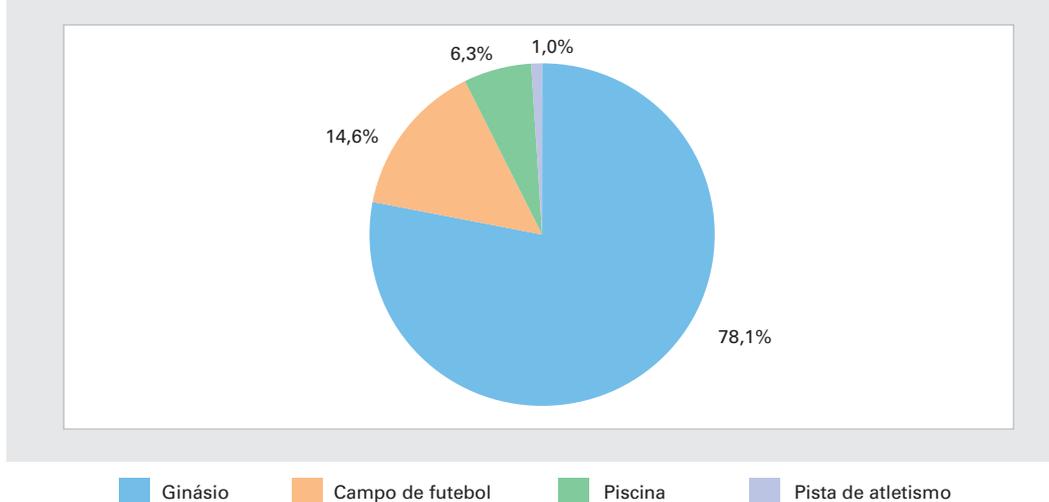
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Os 1 521 municípios com escolas com as instalações esportivas já mencionadas informaram a existência de 3 971 escolas, com 4 190 instalações esportivas classificadas como tal. Em 91 municípios, existiam 178 escolas com mais de uma instalação esportiva.

Os estados com o maior número de escolas com essas instalações foram: Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraná, que somados possuíam 1 217 escolas, 60,3% do total.

Das 4 190 instalações, 78,0% (3 270) eram ginásio; 14,6% (611), campo de futebol; 6,3% (265), piscinas; e 1,0% (43), pista de atletismo.

Gráfico 37 - Percentual de instalações esportivas existentes nas escolas da rede pública municipal, segundo o tipo de instalação - Brasil - 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2016.

Referências

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 76, n. 257, 10 nov. 1937. Seção 1, p. 22359-22368. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, ano 128, n. 135, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563-13577. Retificada no Diário, 27 set. 1990, p. 18551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Ministério do Esporte. *Política nacional do esporte*. Brasília, DF, 2005a. 44 p. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/meioacademico/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. Ministério do Esporte. Resolução n. 5, de 14 de junho de 2005. Aprova a política nacional do esporte. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 142, n. 157, 16 ago. 2005b. Seção 1, p. 128-132. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/resolucoes/resolucaoN5.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

ESTIMATIVAS da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 12 p. Nota metodológica. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97868.pdf>>. Acesso em: abr. 2017.

PERFIL dos municípios brasileiros: esporte 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 192 p. Acima do título: Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/esporte2003/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2017.

Glossário

ação Operação que resulta em um serviço ofertado à sociedade na área de esporte e que contribui para atender aos objetivos de um projeto ou programa.

bocha Modalidade esportiva cuja partida desenvolve-se entre dois jogadores ou equipes, e que consiste em fazer rolar as bolas (bochas) até posições mais próximas da bola mestra, o “palino”.

bolsa atleta Benefício financeiro destinado a atletas de destaque que representam o município em competições oficiais, para que possam dedicar-se aos treinamentos.

calendário esportivo Instrumento utilizado para disciplinar e ordenar os diversos eventos esportivos a serem realizados no município em determinado período de tempo, que é divulgado com antecedência pela prefeitura de forma a atrair participantes, mídia e público assistente.

campo de bocha Instalação esportiva construída em piso de terra ou saibro, cercado por madeiramento branco e apresentando linhas demarcatórias pretas.

campo de futebol Instalação esportiva destinada essencialmente à prática de futebol, configurada pela existência de área de jogo, grama ou não, com dimensões oficiais ou não, existência ou não de arquibancada e de instalações adequadas destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (banheiros, vestiários, ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, restaurantes/lanchonetes, e demais áreas de serviço e apoio).

campo de malha Instalação esportiva composta por campo de terra batida com linhas limite e marcas de cimento que arrematam a área de terra batida, sobre a qual se espalha uma fina camada de areia.

complexo aquático Equipamento composto por um conjunto de instalações esportivas destinadas à prática de modalidades esportivas aquáticas (natação, saltos ornamentais, nado sincronizado, polo aquático etc.) e de outras áreas abertas, livres ou construídas, constituindo um espaço contínuo ou descontínuo, neste último caso desde que adjacente a outra instalação esportiva. Integram, ainda, o espaço do complexo aquático as instalações destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (ambulatorios, depósitos, áreas administrativas, refeitórios, alojamentos, restaurantes/lanchonetes, auditórios etc.).

conselho Órgão colegiado cujo caráter pode ser consultivo, deliberativo, de assessoramento etc., formado por representantes de entidades governamentais ou da sociedade civil, com atribuições específicas relacionadas ao esporte, possuindo regimento ou estatuto e devendo operar regularmente.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Aquele que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

ensino fundamental (1º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio (2º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período do curso de graduação universitária ou ensino superior.

esporte de base Ação, projeto ou programa de iniciação e aprendizagem esportiva, que pode ser desenvolvido em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, centros esportivos públicos, clubes

recreativos, academias etc. Consiste no aprendizado decorrente da prática sistemática de determinada modalidade esportiva, podendo tanto visar à formação do atleta como contribuir para a formação esportiva básica do praticante.

esporte de rendimento Esporte organizado em nível internacional através da adoção de sistemas de regras e códigos da prática esportiva (nacionais e internacionais) que devem ser aceitos e observados, e caracterizado pela busca de resultados em competições. O esporte de rendimento pode ser praticado de modo profissional, com remuneração pactuada entre o atleta e a entidade de prática desportiva; ou de modo não profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

esporte de lazer Esporte praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas que têm por finalidade contribuir para a integração plena dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente.

esporte escolar Esporte praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação.

estádio de futebol Equipamento esportivo destinado essencialmente à prática do futebol, configurado pela existência concomitante de: área de jogo gramada e com dimensões oficiais; arquibancada que oferece condições de assistência ao público; e instalações adequadas destinadas a serviços e apoio à prática do esporte (banheiros, vestiários, ambulatórios, depósitos, áreas administrativas, restaurantes/lançonetes, e demais áreas de serviço e apoio).

estagiário Estudante matriculado em instituição de ensino superior e que realiza o estágio profissional supervisionado e normatizado por lei.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU, que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal.

ginásio Equipamento esportivo coberto e fechado lateralmente com alvenaria, composto por quadra com iluminação interna, arquibancada, vestiários, banheiros etc., que permite a prática de pelo menos uma

das seguintes modalidades de esporte: futsal, basquetebol, voleibol e handebol.

instalação esportiva Unidade esportiva fundamental onde propriamente se realiza a atividade esportiva (quadra, campo de futebol, piscina etc.). A instalação pode aparecer isoladamente ou como uma fração de espaço maior, o equipamento esportivo, que inclusive pode ser composto por um conjunto de instalações esportivas.

Lei Orgânica do Município Conjunto de leis básicas que definem a estrutura e a organização municipal para o fiel desempenho de suas funções, operando como uma espécie de Constituição municipal.

liga esportiva Agrupamento, união, conjunto de associações e de clubes esportivos, em âmbito nacional, regional, estadual ou municipal, com o objetivo de promover o desenvolvimento de determinada(s) modalidade(s) esportiva(s), seja na organização e realização de torneios e campeonatos, seja na prestação de serviços aos seus filiados.

malha Modalidade esportiva em que discos de ferro, bronze ou outras ligas metálicas pesadas são lançados, procurando-se atingir um pino situado em uma distância regulamentar.

modalidade esportiva Materialização/objetivação da prática social do esporte em prática corporal de movimento, dotada de significado historicamente construído. É a prática propriamente dita do futebol, basquetebol, voleibol e demais modalidades.

pista de atletismo Instalação esportiva com pista oval, formada por duas retas e duas curvas, onde são disputadas corridas de curta e média distância. Considera-se, também, na pesquisa, a instalação esportiva com piso e extensão adequados à prática do atletismo, ainda que não possuindo as características de uma instalação destinada às competições oficiais.

programa Instrumento de organização da atuação governamental para enfrentar determinado problema, caracterizado por um conjunto articulado e coerente de projetos que buscam os mesmos objetivos. Os programas estabelecem prioridades de intervenção ao ordenarem projetos e alocarem recursos.

projeto Instrumento de planejamento que conforma um conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro de limites orçamentários estabelecidos em um dado período de tempo. Os projetos são específicos e delimitados, sendo as unidades mais operativas da lógica da gestão governamental.

quadra Instalação esportiva que pode ser coberta ou não, iluminada ou não, contando ou não com arquibancada, banheiros e vestiários, que permite a prática de pelo menos uma das seguintes modalidades de esporte: futsal, basquetebol, voleibol e handebol. No caso de quadra coberta, com arquibancada, esta se caracteriza pelo fato de possuir abertura lateral, o que a diferencia de um ginásio.

sistema de esporte Estruturação do sistema esportivo, institucionalizado através de legislação específica.

tanque de saltos ornamentais Instalação esportiva semelhante a uma piscina funda, destinada a provas de trampolim e de plataforma, e adequada à prática de saltos ornamentais.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Bárbara Cobo Soares

Gerente de Pesquisas e Estudos Federativos

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Questionário Básico

Marzulo Pagani Vivacqua

Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira

Sandra Maria Barreto

Vânia Maria Pacheco

Programação e execução do plano tabular

Isabel Luzia Nori dos Santos

Elaboração dos cartogramas

Nilo Cesar Coelho da Silva

Elaboração dos textos analíticos

Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira

Vânia Maria Pacheco

Revisão técnica dos textos

Marzulo Pagani Vivacqua

Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema

Claudio Mariano Fernandes

Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados

Cristiane de Moura Cruz Oliveira

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Cláudio Mariano Fernandes

Gerência de Acesso a Banco de Dados

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo

José Masello

Coordenação de Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Fernando Espírito Santo Cataldo

Geórgia de Souza Assumpção

Osmar Alves de Araújo

Colaboradores

Ailton Fernando Santana de Oliveira¹

Cássia Damiani²

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Jurandir Soares da Silva

AC - Tiago Nogueira Marques

AM - Leyane Campelo das Neves

RR - Angela Patrícia Lima de Souza

PA - Paulo Sergio Borges

AP - Francisco Tome Teles de Menezes

TO - Paulo Ricardo da Silva Amaral Jesus

MA - Vito Assis Alencar dos Santos

PI - Wilma Barbosa de Sousa Leite

CE - Antônio Nogueira Amora

RN - Telma Maria Galvão de Azevedo

PB - Deodato Fortunato de Sousa

PE - Jose Osmundo do Rego Barros Filho

AL - Claudia Saldanha Ribeiro

SE - Andir do Carmo Wanderley

BA - Luciana de Mendonca Machado

MG - Maria Suely Ribeiro Silva Ladeira

ES - Sergio Gago Amaro

RJ - Marcos Serrão/Luiz Carlos Lima dos Santos

SP - Marco Antônio Ornelas

PR - Mateus Ciskon Fonseca

SC - Darcio Francisco Borges

RS - Marcelo Gomes Larratea

MS - Paulo Cezar Rodrigues Martins

MT - Deajan David Montanha

¹ Professor da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

² À época da pesquisa, Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério do Esporte.

GO - Valperino Gomes de Oliveira Filho

DF – Rosineide Xavier de Santana

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

Leonardo Martins

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Diagramação textual

Carlos Amaro Feliciano da Silva

Marisa Sigolo

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Juliana da Silva Gomes

Karina Pessanha da Silva (Estagiária)

Kleiton Moura Silva (Estagiário)

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Ronaldo Soares de Aguiar

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Perfil

DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

**Esporte
2016**

A Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC têm por objeto de interesse a gestão pública, tanto no que se refere à organização dos governos estaduais e das prefeituras, como no que diz respeito ao quadro funcional, à estrutura e às políticas setoriais adotadas nas áreas temáticas investigadas por esses levantamentos, em suas diferentes edições. Com a presente publicação, o IBGE, em parceria com o Ministério do Esporte, divulga os resultados de ambas as pesquisas realizadas sobre a área de esporte, em 2016, nas 27 Unidades da Federação e nas 5 570 municipalidades brasileiras.

A publicação aborda aspectos dessa temática nos entes federativos considerados e traz informações sobre algumas dimensões do esporte abarcadas nesta edição das pesquisas, tais como: gestão da política da área (órgão gestor e recursos humanos); legislação, instrumentos de gestão e de participação; convênios e parcerias; ações, projetos e programas; eventos esportivos; e instalações esportivas. As análises são ilustradas por meio de quadros, gráficos e cartogramas. O volume inclui ainda notas técnicas com considerações metodológicas e glossário com os termos e conceitos considerados essenciais para a compreensão dos resultados.

As informações ora divulgadas também podem ser acessadas no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda as bases de dados completas das duas pesquisas, bem como as tabelas de resultados da MUNIC, que são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2016, calculadas pelo IBGE. Em conjunto, essas estatísticas oferecem um amplo panorama sobre o planejamento, a definição, a estrutura e a implementação das políticas públicas de esporte no País, possibilitando identificar, também, as carências ainda existentes nas Unidades da Federação e nos municípios brasileiros relativamente a uma questão tão cara ao exercício da cidadania esportiva e de lazer.

